



ATA N.º 4/2014

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e catorze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 09,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL;**
- 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;**
- 3. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CHAVES – QUADRIÊNIO 2013-2017 INFORMAÇÃO/DDSC Nº121 /SE Nº43/2014 – Para apreciação e votação;**
- 4. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS, EM CIRCUITOS ESPECIAIS, PARA O ANO LETIVO DE 2014/2015. CONCURSO PÚBLICO Nº2/SC/2014 - Para ratificação;**
- 5. AQUISIÇÃO DE BILHETES DE ASSINATURA (PASSES ESCOLARES) PARA O ANO LETIVO 2014/2015. AJUSTE DIRETO Nº12/SC/2014 - Para apreciação e votação;**
- 6. LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2013. INFORMAÇÃO Nº11/SC/2014 – Para conhecimento;**
- 7. AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE EXECUÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE OURA. PROPOSTA Nº67/GAP/2014 - Para apreciação e votação;**
- 8. AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE EXECUÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE BUSTELO. PROPOSTA Nº68/GAP/2014 - - Para apreciação e votação;**
- 9. AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE EXECUÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIÁ. PROPOSTA Nº69/GAP/2014 - Para apreciação e votação;**
- 10. ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB-EMPREENHIMENTOS HIDRELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO. PROPOSTA Nº 70/GAP/2014 - - Para apreciação e votação;**
- 11. “MASTERPLAN” DO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES - Para apreciação e votação;**



Feita a chamada verificaram-se as seguintes faltas:

Cláudia Patrícia Quitério Bento

Anselmo José Maritins

José Joaquim Machado

Presidente da Junta de Vila Verde da Raia

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

Maria Manuela Tender

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão

José Carlos Matos da Conceição

António Manuel Pires de Almeida

Gisela Maria Esteves Espirito Santo

Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues

Manuel Guerra Afonso

O **Senhor Presidente da Mesa** referiu-se ao acontecimento trágico, deveras triste e chocante, ocorrido nesta semana, mais pela forma como se desenrolou.

“Faleceu no dia 23 – segunda-feira – um membro desta Assembleia Municipal, mais concretamente um Presidente de Junta que muito nos sensibilizou. Faleceu José de Carvalho Rocha, Presidente da Junta de Loivos e Póvoa de Agrações. Era uma pessoa tida e conhecida pelas suas qualidades profissionais, sociais e sobretudo humanas, reconhecidas por todos quantos com ele lidavam.

Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para proferir algumas palavras e peço a esta Assembleia que me acompanhem num minuto de silêncio, uma homenagem simples mas significativa ao já saudoso José Rocha.

O **Senhor Presidente da Câmara** cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“É acometido por um enorme sentimento de perda que me dirijo a Vossas Excelências.

Espírito inquieto, afável, trabalhador, atento, disponível, fraterno, amigo, mas sempre um homem digno, José de Carvalho Rocha foi um excelente autarca e um bom cidadão.

José de Carvalho Rocha nasceu em Chaves, na atual freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, no dia 16 de novembro de 1956.

Residia em Loivos onde vinha exercendo as funções de Presidente da Junta de Freguesia desde 7 de janeiro de 1998, cargo para o qual foi eleito em 14 de dezembro de 1997 e que exerceu com zelo, responsabilidade, dedicação e elevado sentido de serviço público.

O sentimento de perda da ausência física e da impossibilidade de voltar a confraternizar e a labutar com ele em prol de uma sociedade melhor.

O José Rocha foi um homem caridoso, marido e pai extremoso, cidadão cuidadoso e diligente Presidente da Junta de Freguesia de Loivos e Póvoa de Agrações.

Trabalhou por causas públicas até ao fim dos seus dias, com carinho, zelo, responsabilidade, dedicação e elevado humanismo e sentido de serviço público.



Na freguesia deixou obra feita, factualmente visível, e reconhecida no dia 8 de julho de 2012, ao receber do Senhor Presidente da Câmara Municipal o Diploma de Mérito conferido à Junta de Freguesia de Loivos pelo valor das atividades desenvolvidas em prol da população.

No entanto, é incomparavelmente inferior à obra que deixou enquanto homem e cidadão.

Aqui, teve uma conduta humana educativa e constante, suportada pelo amor, pelo trabalho, pelo empenho, pelo pragmatismo, pela dedicação, pelo serviço, pela lealdade, pela gratidão e pela seriedade.

Viveu intensamente, privilegiando a ação em detrimento da palavra.

Hoje, recordamos aqui o Homem simples que todos conhecemos e com o qual eu pessoalmente, tive o privilégio de trabalhar.

Em nome do José Rocha deixo-vos um pedido:

Vamos em frente, todos unidos em torno de um futuro melhor para Chaves”.

Foi guardado um minuto de silêncio.

Entrou-se no período “Antes da Ordem do Dia”

O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento da entrada de uma “Moção” subscrita pela CDU, que se transcreve:

“MOÇÃO”

“Contra o encerramento de escolas do 1º. Ciclo do Ensino Básico no Concelho de Chaves.

A política de desinvestimento na escola pública, iniciada há alguns anos, com o encerramento cego de milhares de escolas, com menos de dez alunos, a criação de agrupamentos e, posteriormente de mega agrupamentos, o aumento do número de alunos por turma e a contínua degradação das condições de trabalho do corpo docente e não docente nas escolas, prossegue agora com o encerramento de escolas com menos de 21 alunos.

O Ministério da Educação e Ciência anunciou recentemente o encerramento de mais 311 escolas do 1º. Ciclo do Ensino Básico, já para o próximo ano letivo, havendo no concelho de Chaves quatro estabelecimentos de ensino nessa situação.

Considerando que:

- a) O reordenamento escolar tem de ser feito não de forma administrativa, mas avaliando vários critérios, que tenham em consideração as diferentes realidades do país;
- b) A deslocação de crianças para fora do seu meio natural, obrigando-as a levantarem-se mais cedo e a chegarem mais tarde a casa, poderá comprometer, de forma negativa, o processo de vinculação dessas crianças com a escola e com o seu percurso escolar;
- c) O encerramento dessas escolas irá contribuir, significativamente, para a intensificação do despovoamento do mundo rural;
- d) Tal decisão coloca em causa a implementação de uma relação pedagógica de proximidade, centrada na relação entre professor e os alunos e essencial ao desenvolvimento harmonioso das crianças”.



- e) Esta medida insere-se numa estratégia do Governo de encerramento de serviços públicos e de redução ao mínimo das responsabilidades do estado, nas suas funções sociais, desrespeitando a Lei de Bases do Sistema Educativo;

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 27 de junho de 2014:

1. **Manifesta a sua total oposição ao encerramento das Escolas do 1º. Ciclo do Ensino Básico, anunciado para o Concelho de Chaves;**
2. **Manifesta a sua solidariedade para com os pais, encarregados de educação e população em geral que poderão via a ser afetadas pelo encerramento dessas escolas;**
3. **Exige ao Governo que reconsidere e anule essa decisão, garantindo a manutenção do funcionamento dessas escolas.**

Chaves, 27 de junho de 2014. Os eleitos da CDU”

A Assembleia autorizou a entrada e discussão da “Moção”.

Intervenções sobre a Moção:

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – cumprimentou os presentes e felicitou a iniciativa de convocar a Assembleia Municipal para o período da manhã desejando que este método se mantenha no futuro.

“Quanto à Moção apresentada pela CDU é um documento que traduz um sentimento e um pensar que perpassa todos os cidadãos que residem no interior e que já foi expresso pela Assembleia em reuniões anteriores, com muita veemência aquando do início do processo de Reorganização da rede Escolar, na altura liderado pelo Governo do Partido Socialista e que tinha na base fazer a reorganização de todo o sistema educativo nacional, qualificando muitos dos edifícios e enquadrando melhor a oferta educacional. Já nessa altura se assistiu aqui a grandes discussões, a tomadas de posições e a grandes manifestações de discordância, apesar de ainda não estarmos confrontados com o encerramento de escolas e jardins-de-infância com um número de alunos inferior a dez. Se esta Assembleia Municipal, as populações, os autarcas foram muito veementes e muito críticos em relação ao encerramento das escolas e jardins-de-infância com dez alunos que diremos hoje quando estamos confrontados com encerramento de estabelecimentos de ensino do 1º ciclo e jardins-de-infância com o número mágico de vinte e um alunos. É estranho porque é um número mágico e eu não consegui perceber porque não é o treze ou o quinze, ou o dezassete ou outro qualquer. Há um critério do Ministério da Educação que, na minha perspetiva poderia ser corrigido quer pelo anterior governo, quer pelo atual. E não se venha dizer que esta Proposta é do Partido Socialista. Eu defendo que quando uma proposta/ideia/projeto tem correções e tem sustentabilidade, o que se impõe fazer é corrigir, ajustando à realidade e às necessidades do país.

Estamos hoje confrontados com um problema grave, na minha perspetiva; o mais grave que o país tem de enfrentar e que é a perda de população e sobretudo o abandono do país por muitos e muitos jovens. Isto tem uma expressão muito mais significativa nas zonas do interior. Se estamos preocupados com um crescente e preocupante despovoamento de todas as zonas do interior e se vemos que todos os concelhos, sem exceção, incluindo Chaves, perderam população em 2011, apesar de desconhecermos se perdeu e quanto perdeu daí para cá, nomeadamente jovens,



despovoamento esse que nos pode conduzir a curto prazo a uma morte social e morte destes territórios. Há medidas que têm de ser tomadas.

Não é apenas afirmar que estamos preocupados com a natalidade. É preciso agir porque é a ação que nos leva à mudança e à reversão deste problema. Se assim não for muitas zonas do país, incluindo o Alto Tâmega vão certamente extinguir-se nos próximos vinte anos.

O sinal que o Governo poderia dar, nesta matéria, era ter a noção que a escola e as crianças – a comunidade escolar - são muito importantes e um elemento de fixação das populações.

Esta Assembleia Municipal deve tomar como sua a Moção da CDU no sentido de que se possa reforçar a absoluta necessidade de que localidades do Concelho que tenham um número superior a dez alunos, que será o mínimo adequado para que o processo de aprendizagem, de sociabilização e de relacionamento seja equilibrado e seja sustentado; devemos tomar aqui uma posição muito forte no sentido de repudiar/criticar e mandar o Senhor Presidente da Câmara no sentido de levar até às últimas consequências, que porventura, passaram por providências cautelares, contra o encerramento das escolas. O que está aqui em causa é o futuro, é a viabilidade não só das escolas mas destas localidades. É o futuro das pessoas do interior que está posto em causa. Os argumentos apontados são numéricos, são economicistas e muitas dessas consequências ainda serão assumidas pelas autarquias porque certamente terão a responsabilidade no que respeita ao transporte. O poder autárquico e os cidadãos devem revoltar-se contra esta medida e tomarem todas as iniciativas para demonstrar que não estamos disponíveis para perder mais e mais, até à extinção do interior. Temos de ser firmes e coesos porque o que está em causa, na minha perspetiva, não é apenas o encerramento das escolas mas o futuro e a viabilidade social”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que a Câmara Municipal teve a oportunidade de apresentar uma contraproposta sobre esta matéria ao Ministério da Educação e ao Senhor Primeiro Ministro aquando da realização da Cimeira Ibérica, porque entende que o território deve ser tratado de forma diferente e que fundamentou da seguinte forma.

“Encerramento de Escolas. Está a decorrer uma terceira fase de encerramento de escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância. Esta fase é particularmente preocupante. As distâncias a percorrer passam a ser muito longas e não faz sentido que uma criança de seis anos tenha de se levantar às 6,30 horas da manhã para ir para a escola. Temos invernos muito frios. Os territórios de baixa densidade deviam ter critérios diferentes de encerramento de escolas, caso contrário, vamos continuar a assistir à fuga de população e à preocupante queda da natalidade.”

Este documento, mais desenvolvido, foi entregue por escrito ao Senhor Primeiro Ministro. A proposta enviada ao Ministério de Educação diz que o nosso entendimento é que o número vinte e um fará sentido para os territórios de grande densidade populacional, para os territórios de média densidade populacional, talvez dezasseis e nos de baixa densidade como o nosso, propusemos que não encerrasse nenhuma escola que tivesse onze ou mais alunos. Daí que a nossa contraproposta não previa o encerramento de nenhuma escola do 1º ciclo. A proposta foi tornada



pública e aqui o meu protesto ao Ministério da Educação que deu conhecimento em primeiro lugar à comunicação social. Eu soube do encerramento de escolas em Chaves pela Agência Lusa.

A realidade em Chaves deve ser analisada da seguinte forma: o encerramento da escola nº.2 do 1º ciclo de Vidago é uma questão de semântica. Efetivamente está encerrada desde janeiro de 2014 a pedido da Associação de Pais, conjugada com a Direção do Agrupamento de Escolas e com a Câmara Municipal; os alunos foram deslocalizados para a escola EB2,3 de Vidago. Estes alunos passaram a ter melhores condições, nomeadamente cantina, ginásio e outros apoios diferenciados.

Em Vilar de Nantes o Ministério propõe a fusão das duas escolas existentes na freguesia, o que não nos parece preocupante. Já em relação a Águas Frias é uma perda. A escola de Águas Frias esteve encerrada e foi reativada num processo de encerramento de escolas, apesar de não ter nenhum aluno que resida na aldeia a frequentar a escola. Os alunos da escola de Águas Frias são todos de aldeias vizinhas e já são, portanto, transportados. Apesar disso não concordo com o encerramento da escola.

Em Curalha a situação é completamente diferente. A escola tem mais de onze alunos e de acordo com a minha proposta não faz sentido encerrar esta escola.

Ao tratar o território da mesma forma, sem ter em conta as diferentes realidades o interior perde sempre.

Estou de acordo com a Moção. A Assembleia Municipal deve protestar porque a Câmara também já o fez.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – cumprimentou os presentes e disse que no dia da Convenção de autarcas do interior para defender os serviços públicos, o Governo procedeu ao encerramento de escolas em todo o País.

Sou pai, não professor e não tenho a pretensão de ter uma opinião mais diferenciada do que os demais. Não sei quais são as condições da escola de Vidago mas também não sei se iria gostar que um filho meu, de seis anos, frequentasse uma escola com alunos de idades até aos dezassete ou dezoito anos. Não sei se o espaço físico é o mesmo, e se isso será bom.

O encerramento sucessivo de escolas por critérios tecnológicos não me parece correto. O ensino baseia-se na relação entre o professor e os alunos e é isso que devemos privilegiar. São os mesmos argumentos e os mesmos raciocínios que vão fechando extensões de Centros de Saúde, que vão despromovendo e desqualificando os hospitais, sempre em nome de uma qualidade que está muito distante.

Foi nesse sentido que a CDU apresentou essa Moção e congratulo-me que todos estejam de acordo com ela.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou mais uma vez que a deslocalização dos alunos da Escola de Vidago foi feita a pedido da Associação de pais. Como a refeição já era feita na escola E B 2,3 e havendo ali salas disponíveis optaram pela sua mudança.

Estava também previsto o encerramento da escola de Mairos mas, neste caso a tutela atendeu os nossos argumentos, porque apesar de ter menos de 21 alunos, vai



manter-se ativa. O mesmo acontece com a escola de Cimo de Vila que também tem menos de 21 alunos e vai continuar em funcionamento.

Posta à votação a “Moção” foi aprovada por unanimidade.

Em seguida usaram da palavra os seguintes deputados:

MÁRCIA CRISTINA DE JESUS TEIXEIRA do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida referiu-se à Convenção dos Autarcas do Alto Tâmega, realizada no dia 21 de junho em Vila Pouca de Aguiar.

“Falou-se uma vez mais sobre saúde e sobre demais políticas sociais; por muito importante que a saúde seja para todos nós, outras há, de enorme dimensão, como já hoje aqui referimos, a nível da educação, da justiça e de outras políticas que têm levado ao encerramento sucessivo de serviços públicos. Pretendemos uma inversão destas políticas por parte do Governo. Sabemos que é uma luta muito difícil e que não temos a força que nos permita lutar e atingir os nossos objetivos se lutarmos sozinhos.

Na Convenção do passado dia 21 falou-se a uma só vez pelo Alto Tâmega como o objetivo exercer alguma pressão sobre o Governo com vista a inverter algumas destas políticas.

Ouvi atentamente todas as intervenções. Algumas coisas ali ditas e até veiculadas na comunicação social, nomeadamente pela CDU, dizem que houve desrespeito pela deliberação unânime desta Assembleia Municipal o que me causou alguma estranheza. A representatividade, mesmo desta Assembleia Municipal não foi grande – estávamos, de facto, muito poucos, na Convenção. Por essa razão venho solicitar ao Senhor Presidente da Câmara que, de uma vez por todas explique esta situação para que não haja mais mal entendidos, deliberados, ou não, porque entendo que é importante para todos nós.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse haver um denominador comum que preocupa todas as pessoas.

“Hoje estamos sem esperança, completamente abrumados com este ataque nacional àquilo que são os direitos, os interesses e as expectativas das pessoas. Não é um ataque deliberado mas há uma grande desconsideração pelo mundo interior e das duas, uma. Ou todas as políticas nacionais que estão a ser desenvolvidas – na saúde, na educação, na justiça – têm claramente objetivada uma decisão que é concentrar para poupar e significa que estamos a criar um território desequilibrado e estamos a violar frontalmente um princípio basilar de qualquer estado de direito que é a igualdade e também a dignidade dos cidadãos.

Ou o Governo está deliberadamente a assumir políticas que estão a matar o interior ou então concluiu que o interior não interessa e decidiu concentrar todas as suas energias no litoral. Se assim é não podemos conformar-nos com esta situação e temos de ser capazes de fazer mais. Já percebemos que não basta termos um sistema político em que o Presidente da República é de um partido, o governo é de um partido, a câmara é de um partido. Defendeu-se que era importante para uma região e para um concelho que houvesse uma aliança «santa» no sentido de que todos os poderes do país fossem influenciados pela mesma matriz ideológica e pela mesma proposta política.



Como já percebemos, relativamente ao interior e concretamente no caso de Chaves tem havido total desconsideração, ao ponto de o Senhor Presidente da Câmara não conhecer algumas das principais decisões, com efeitos negativos no Concelho. É exemplo disso a recente publicação da lista das escolas que vão encerrar. Já se percebeu que não há nenhuma vantagem em haver proximidade política e de proposta política porque isso, na prática, não se traduz em nada. Não se traduz em nada na educação, em que as escolas encerram contra a vontade do Presidente da Câmara e sem qualquer justificação/consideração prévia; também se verifica a continuidade da desqualificação da Unidade Hospitalar de Chaves em que a qualidade da oferta de serviços tem vindo a perder qualidade, nomeadamente na urgência; o mesmo acontece no que respeita à justiça e nas acessibilidades. Estamos confrontados com um grave problema que temos de assumir todos sem exceção - poder político, as freguesias, a Câmara Municipal, esta Assembleia Municipal, qualquer um dos seus membros, os cidadãos, as empresas, as associações; mas a verdade é que não temos reagido e parece-me que o discurso só não chega. Temos o apelo de fazer mudança que será feita pela via política, através de eleições e também pela via da intervenção cívica, da manifestação, da contestação. Existem motivos para que haja uma grande mobilização e um grande combate, caso contrário damos a ideia que aceitamos este tipo de política.

É importante que nós, cidadãos desta região de baixa densidade, assumamos uma quota-parte da responsabilidade e temos de exigir da Administração Central que inverta essas decisões, que tome decisões que, nalguns casos não representam grande impacto financeiro e a razão não é a troika. Se é apenas má vontade temos de demonstrar claramente que quem tem má vontade não pode governar. Se é assim a nível nacional, a questão também se coloca a nível local. Temos de exigir mais da nossa autarquia, perante esta demissão, para que tome posições que possam minimizar os efeitos das políticas nacionais.

O problema central é a fixação das pessoas. É o despovoamento. É fundamental que a Câmara construa rapidamente propostas de políticas locais integradas de desenvolvimento, que permitam às famílias fixarem-se neste concelho, quer seja no emprego, na dimensão económica, com planos para a agricultura, floresta e turismo; não é para substituir o governo, mas se não impedirmos os jovens de sair, este concelho não tem futuro.

Não é aceitável que um dos principais instrumentos de promoção e valorização turística deste concelho, que são as termas, estejam encerradas até esta data, sem se saber quando será a sua reabertura. Queremos assumir-nos como potência turística a nível local e regional e não temas a principal oferta turística a funcionar. Também é inaceitável que os principais motivos de interesse turístico como o Museu Romano continuem sem resolução. Entendo que o poder local não tem feito o seu papel e importa que reverta e corrija esta questão. Também é importante que reveja a dimensão empresarial/económica da autarquia de Chaves – Parque Empresarial, Mercado Abastecedor e Plataforma Logística. Todos estes investimentos, que representaram milhões de euros, são apenas um custo. Não tem havido capacidade de atrair investimento e de fixar pessoas sob pena de tornar este concelho numa aldeia grande”.



PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA MADALENA – Luis Dias de Carvalho – cumprimentou os presentes e disse que na sua prática docente, como professor de história, há um tema no nono ano que se refere à implantação da República.

A história local tem uma implicação e uma reflexão na história nacional. A história do nosso país é feita por todas as partes e Chaves não é exceção. É um dos concelhos que tem uma história riquíssima, inesgotável, em que muitos historiadores e amantes da história se têm debruçado sobre ela.

Tenho feito alguns trabalhos de inquérito com os meus alunos sobre a Primeira República, e sobre o acontecimento do “8 de julho” de 1912. Nas respostas a esse inquérito verifiquei que grande parte dos cidadãos não sabem o que se comemora nessa data; sabem que é um dia festivo em que se comemora algo, mas não sabem o quê.

De norte a sul do país todos sabem o que comemoram nos seus dias festivos. Em Chaves a esmagadora maioria das pessoas não sabe. Eu tenho dado o meu contributo científico com todo o rigor e imparcialidade, para que se saiba o que comemoramos no “8 de julho”. Parece-me que esta Assembleia tem o dever de corrigir aquilo que não se deve comemorar. Factualmente não estou a negar o acontecimento. Factos são factos. Houve um combate no dia “8 de julho” entre portugueses de duas fações – republicanos e monárquicos. Essa luta fez-se entre dois irmãos em que um era republicano e o outro era monárquico. Ganhou o republicano e consolidou a república

Apesar de republicano convicto, não me revejo neste acontecimento e sou de opinião que não se devia comemorar. Há outras datas que glorificam este Concelho, nomeadamente o dia 25 de março – dia do Regimento – em que se comemora a libertação da pátria do jugo estrangeiro, pelos nossos antepassados.

Deixo uma proposta a esta Assembleia para que nomeie um grupo de trabalho que faça um estudo e defina um acontecimento importante na história de Chaves, que seja digno do feriado municipal. Aliás o “8 de julho” só é comemorado depois de “25 de abril”.

FRANCISCO JOSÉ T. L. SILVA PRETO do MAI – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“Queremos, antes de mais, referir que, quando aqui hoje chegámos e antes do início desta reunião, nos foi fornecida uma informação emanada pela C.M.C., relativa à denúncia que fizemos na anterior reunião da Assembleia Municipal, no passado dia 30 de abril, relativa àquilo que consideramos ser um verdadeiro atentado ao meio ambiente na freguesia de Outeiro Seco.

Tal informação confirma, no seu ponto 5, que foram praticadas descargas ilegais e, menciona no seu ponto 7, que se irá proceder à recolha das lamas e limpeza das margens da linha de água. Congratula-mo-nos com tal informação e solução e aguardaremos até à próxima reunião desta Assembleia para verificarmos os resultados.

Paralelamente, a CMC deverá fiscalizar de perto a situação para que não se repitam mais descargas e, caso tal se verifique, deverá mover os respetivos processos de contra ordenação aos prevaricadores e comunicar às entidades policiais.



Esta é uma situação grave que se passa no nosso concelho, que iremos acompanhar de perto e não abandonaremos enquanto não estiver definitiva e rapidamente solucionada.

De seguida, queremos lamentar o facto, que consideramos muito grave, de numa cidade termal como a nossa, e em plena época de verão e de férias para os turistas e aquistas, não estarem concluídas as obras das termas, com todos os prejuízos óbvios que tal situação acarreta para uma imensidão de Flavienses. Queremos ainda continuar a demonstrar o nosso desagrado pela inércia das obras no Largo do Arrabalde que, desde a última reunião desta Assembleia, nada avançaram. Uma vez que faltam ainda seis meses para o ano terminar desejamos seriamente que a promessa do Sr. Presidente da Câmara se cumpra e que as obras terminem até final de 2014.

Por último, queremos dizer o seguinte:

- Para esta reunião da Assembleia Municipal, e a acompanhar a informação sobre a atividade municipal foi-nos fornecido um documento resultante da reunião da CIM do Alto Tâmega com o Sr. Primeiro Ministro, que no ponto 3, alínea b), transcreve que “É aspiração da população do Alto Tâmega a criação da ULS...”; Foi ainda enviado a todos os membros desta Assembleia um documento relativo às Conclusões da Convenção da CIM do passado Sábado que refere também a “avaliação da viabilidade duma ULS”.

Ora, entendem os cidadãos independentes eleitos nesta Assembleia (que são a terceira força política neste concelho) mais uma vez clarificar, e de uma vez por todas, que a sua posição é aquela que já foi divulgada em duas das reuniões anteriores desta Assembleia e também na mencionada Convenção da CIM, ou seja: só integrada no CHTMAD é que a UHC poderá prestar mais e melhores serviços aos seus utentes. Na realidade a ULS é uma utopia que já anda a ser discutida há mais de 3 anos, sem qualquer evolução positiva, apenas servindo, na nossa opinião, para favorecer o decaimento do Hospital de Chaves.

A maioria das pessoas que aqui estão hoje não estiveram presentes na Convenção da CIM/AT no passado Sábado, por isso, e não temendo o risco de sermos repetitivos reafirmamos o que de essencial ali dissemos relativamente a esta matéria. O Hospital de Chaves, ao longo dos últimos anos, perdeu médicos, sobretudo porque se foram reformando e não foram admitidos novos médicos e, conseqüentemente, valências e consultas externas.

Pretendemos que esta situação seja revertida e, para tal, entendemos que **é urgente e imprescindível definir através de que modelo pretendemos conseguir esse objetivo**. Não basta andarmos a dizer que queremos mais e melhor saúde na Unidade Hospitalar de Chaves e não concretizarmos como queremos que tal aconteça.

Não interessa nesta altura defender uma Unidade Local de Saúde em abstrato, isto é: **desconhecendo** qual o número concreto de residentes que integrarão essa ULS (Unidade Local de Saúde) para efeitos do cálculo da contrapartida estatal que deverá ser financiada; **desconhecendo** qual o montante per capita que efetivamente o Governo está, e se estará, disposto a financiar; **desconhecendo** que tipos de cuidados essa ULS terá capacidade de prestar aos utentes face aos eventuais



financiamentos, especialmente, se apresentará melhoras ou pioras em relação ao estado atual da UHC (Unidade Hospitalar de Chaves).

Todos os estudos e dados que possuímos, nos levam a concluir pelo abandono imediato da solução através da criação de uma ULS, apesar dos cargos e empregos que esta poderia criar na região. Na verdade, a resolução das deficiências existentes, tem que ser encontrada apenas tendo por finalidade a melhor prestação de serviços aos doentes, nos mais diversos estados da doença, e não levando em consideração outros critérios.

A ULS que, da nossa perspetiva, algum dia poderia vir a ser concretizada, pelo que atrás mencionamos e com as disponibilidades financeiras existentes e que os Governos vão destinando ao interior do país, apenas prestaria cuidados básicos de saúde e pouco mais.

Defendemos o desenvolvimento e a grandeza do nosso CHTMAD, no sentido deste manter e possuir, ainda que seja na Unidade Hospitalar de Vila Real (capital do distrito), uma boa Unidade de Cuidados Intensivos (como já possui e Chaves nunca possuiu), tratamento para doentes oncológicos (que também já possui e Chaves também nunca possuiu), neurocirurgia, microcirurgia, e tudo quanto um bom Centro Hospitalar deve ter, pois nessas condições, para todos os nossos residentes e visitantes, será muito melhor, a todos os níveis, e muito particularmente num caso de urgência, uma deslocação para Vila Real do que para muito mais longe.

Com a tomada desta posição, transmitiremos à administração do CHTMAD a segurança e confiança necessárias para saber que pode contar definitivamente com a UHC como sua parte integrante, o que significa que poderá ter no seu seio um universo de mais 80.000 a 100.000 utentes, sem dúvida uma mais valia para um Centro Hospitalar que se quer equiparável a qualquer um dos melhores do país.

Por sua vez, decidindo-se definitivamente por esta já existente manutenção da UHC no CHTMAD, ganharemos força para podermos exigir à Administração deste Centro Hospitalar um reforço e melhoria de todos os serviços de saúde que são prestados na Unidade Hospitalar de Chaves, nomeadamente aumento de valências, consultas externas, tratamentos de hemodialisados, cuidados paliativos, etc.

Desde Outubro do ano passado, a UHC viu as suas valências e consultas externas aumentadas. Ainda assim, é pouco. Naturalmente que queremos mais, aproximando-nos à UHVR, e estamos confiantes que o conseguiremos. Porém, uma coisa é tentarmos uma negociação como parte integrante em definitivo daquele centro hospitalar e, outra bem diferente, é forçarmos a negociação sempre com a ameaça de que queremos abandonar aquele centro hospitalar para integrar uma qualquer ULS.

Resumidamente, e por tudo quanto dissemos, entende o nosso Movimento Independente que, entre optarmos por uma ULS que não prestará mais do que cuidados básicos de saúde, em nada melhorando o estado atual do Hospital de Chaves, podendo até piorá-lo, e por uma segunda solução que é a manutenção da UHC no CHTMAD com a possibilidade de encetarmos um diálogo produtor com a respetiva administração, o que aliás já sucedeu e nos pareceu sério, não hesitamos em defender esta última.



Esta nossa posição, não significa de modo algum que não defendemos convenientemente as pessoas do nosso concelho, antes pelo contrário. Sabemos bem o que o Hospital de Chaves, **pelo número de pessoas e pela área a que presta assistência**, tem e não tem capacidade de possuir e de exigir. Se o CHTMAD, ao qual nós pertencemos, tivesse uma unidade de neurocirurgia e microcirurgia, como também nós defendemos, os acidentados da nossa região com traumatismos cranianos graves, seriam assistidos na UHVR em vez de terem que ir para Lisboa (ou, no mínimo, para o Porto). Não podemos, escudados em bairrismos antigos e que hoje já não fazem qualquer sentido, estarmos a fazer exigências para Chaves que sabemos que nunca serão conseguidas e que apenas nos atrasam as soluções. Nós colocamos a nossa cidade em primeiro lugar, no entanto temos que ser realistas e, sobretudo, conhecer o país e a região desertificada em que vivemos. Não podemos estar a exigir para Chaves aquilo que Chaves não tem capacidade de suportar, sob pena de não sermos levados a sério. Queremos para Chaves tudo o que Chaves pode ter e, o que não pode ter, antes queremos que esteja em Vila Real (que é a nossa capital de distrito) do que muito mais longe”.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CURALHA – Domingos de Moura Alves – cumprimentou os presentes e em seguida disse que sendo a freguesia de Curalha constituída pela aldeia de Curalha que é um povo com história, onde existe o monumento, denominado “Castro de Curalha” que remonta à era pós-romana.

Curalha tem cultura; foi aqui gravado o “Ato da Primavera”, em os atores foram os seus habitantes. Foi um filme que ganhou prémios internacionais e deu projeção ao realizador Manuel de Oliveira.

Tem empresas na área da agricultura, construção civil, prestação de serviços, comércio e transformação, que empregam pessoas, podendo dizer-se que Curalha é auto sustentável.

Curalha tem vitalidade porque gosta de viver em comunidade; temos uma equipa de veteranos de futebol de onze, composta por jogadores só da freguesia e chegámos à final, tendo ficado em segundo lugar; Todos os anos realizamos o campeonato inter - bairros, com quatro equipas.

O que me traz aqui é a proposta da DREN para encerrar a escola de Curalha. Fechar a escola é retirar a alma à terra, é desligar as crianças da sua terra. Neste momento temos quinze matrículas; está prevista a saída de quatro alunos e a entrada de nove. Isto significa aumento de população.

Por iniciativa dos pais, à qual a Junta de Freguesia se associou, e a Câmara Municipal já manifestou solidariedade, está a ser feita uma recolha de assinaturas de protesto ao encerramento da escola. Pretendemos que seja aceite a proposta da Câmara, em que todas as escolas básicas, com onze ou mais alunos, se mantenham abertas. Na próxima terça-feira, às 09,00h vamos manifestar-nos em frente à escola, com a presença da comunicação social, para que a nossa mensagem chegue mais rápido ao poder central e o Senhor Presidente da Câmara já confirmou a sua presença. Convido todos os que neste momento estiverem em situação idêntica, ou que possam vir a estar num futuro próximo para se juntarem a esta manifestação. Convido ainda aqueles que sejam contra este tipo de encerramento de escolas e que estejam de acordo com a proposta da Câmara para se juntarem a nós.



Porque sou de Curalha tudo farei e nunca deixarei de me manifestar contra quem tentar retirar os direitos da freguesia.

JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – cumprimentou os presentes e referiu-se à Convenção Autárquica realizada em Vila Pouca de Aguiar no dia 21 de junho de 2014.

“Começo por dizer que pouco ou nada soube da proposta feita aqui na Assembleia Municipal, a não ser que ia haver uma reunião com as Assembleias Municipais em Vila Pouca de Aguiar e quando lá cheguei é que me deram uma pasta e fiquei a saber que ia haver a “lei da rolha”.

“O tema que tinha sido acordado seria a situação do Hospital, do Tribunal e outros serviços, por servirem a área dos quatro concelhos do Alto Tâmega, para minha surpresa a reunião foi controlada por Vila Pouca de Aguiar. Levaram a reunião para um concelho onde o anterior e o atual Presidente da Câmara nunca defenderam ULS e sempre defenderam a nossa integração no Centro Hospitalar de Vila Real, assim como a grande Comarca de Vila Real, integrando o Tribunal de Chaves.

Entendo que a reunião fracassou porque não foram defendidos os interesses dos quatro concelhos que são servidos por Chaves e continuam a ser vítimas de interesses de pessoas que embora residam e continuem a ter grandes responsabilidades nesta região as coisas ficam sempre bloqueadas.

Da conclusão da Convenção resultou uma “Moção” para enviar ao Governo, que nada faz por esta região.

O PS continua a defender a melhoria dos serviços no Hospital de Chaves mas é ambíguo na criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega. Embora tivesse votado favoravelmente na Assembleia da República, e a Senhora deputada Paula Barros tivesse colaborado na apresentação do texto, conjuntamente com o Senhor deputado António Cabeleira, nesta Assembleia Municipal, o PS dá uma no cravo e outra na ferradura, sem dar a conhecer a sua verdadeira posição, embora se saiba que foi o PS que abriu um grande «buracão» para enterrar o Hospital de Chaves. Em entrevistas dadas e até aqui na Assembleia Municipal nunca foram conclusivos em relação à ULS, isto tudo na era da Senhora Dra. Paula Barros.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro apesar de continuar a defender a posição anterior, já diz que se a ULS for a melhor solução para Chaves, temos de lutar por ela, mas não fechando as portas a outras formas de gestão ligadas a Vila Real.

O MAI quer ser diferente e acaba por não ser nada. Na minha modesta opinião transformou-se num grande aliado da Direção do Centro Hospitalar de Vila Real. Muitas das personalidades do MAI, antes desta legislatura municipal, eram a favor de formas de luta como a manifestação e outras. Mudaram de opinião e tem esse direito mas não podemos ser ambíguos naquilo que defendemos. Queremos ou não uma gestão própria, com autonomia para fazer protocolos com quem entendermos sem estar sujeitos aos interesses de Vila Real que tudo tem feito para esvaziar o nosso Hospital ao ponto de que quando tem falta de médicos no Centro Hospitalar vem busca-los a Chaves, deixando aqui os médicos em regime de tarefa e os estagiários. Por essa razão eu pergunto. Quem pode ser contra uma Unidade Local de Saúde? Vila Real fica-nos a 140 km de distância (70 de ida e 70 de volta) e as pessoas com rendimentos muito baixos que necessitam dos serviços do Hospital de Vila Real por



vezes são abandonadas porque lhes dão alta durante a noite, sem se preocupar se têm, ou não, transporte para voltar para Chaves.

A CDU continua a defender uma gestão própria através da ULS. Tem alertado para o esvaziamento da unidade de Chaves e para a contínua perda de qualidade dos serviços ali prestados. Tem estado bem embora lhe faça alguns reparos em relação à anterior Comissão de defesa do Hospital.

O CDS/PP, na pessoa do anterior deputado desta Assembleia Municipal Valdemar Carneiro, foi um bom aliado e comigo e com o Dr. Jorge França fizemos em conjunto um trabalho de preparação das populações para ações de rua, denunciando através da comunicação social o esvaziamento do Hospital. A atual representante, Dra. Zélia Valoura, apesar de bastante interventiva na defesa da melhoria dos cuidados de saúde, ainda não conheço qual é a sua opinião sobre a criação da ULS.

O PPD/PSD do qual faço parte, com orgulho, é notório o meu desencanto em relação às pessoas que antes e agora continuam a levar a efeito uma estratégia de travar todas as iniciativas de mobilização das populações, protegendo sempre os interesses pessoais e políticos, prejudicando mesmo aqueles que coabitam à sua volta e quer herdaram uma gestão ruinosa. Ao deixarem este buraco financeiro nas contas da autarquia comprometeram o futuro das próximas gerações.

Todos os quadrantes políticos devem entender-se no que respeita à ULS. Eu não estou aqui contra ninguém, apenas criticar aqueles que fizeram muito pouco para defender a Unidade Local de Saúde; o Governo deve cumprir a Resolução da Assembleia da República.

Ouvi com atenção a intervenção do Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro do PS que me agradou, mas a verdade é que foi o seu Partido que criou este problema. O encerramento de serviços e a perda de valências; perda da maternidade, da cozinha, da lavandaria, de várias especialidades, a saída de vários médicos para Vila Real, de acabar com tudo, começou com o governo do Partido Socialista e continuou com o atual governo do PSD. São sempre os dois a prejudicar o nosso concelho e a nossa região.

Também nas escolas é preciso lembrar que o governo do PS começou por encerrar quatro mil estabelecimentos de ensino no país. Sobre esta matéria ouvi as explicações dadas pelo Senhor Presidente e concordo.

O MAI defende a integração. O Senhor deputado António Preto não encontra uma pessoa em Chaves que esteja de acordo em que Vila Real peça a vinda de um serviço para Chaves. Estamos aqui para defender Chaves e a sua população e não podemos aceitar que nos levem tudo para Vila Real. O dinheiro é o mesmo que tínhamos anteriormente. Tivemos um Hospital de referência onde tínhamos bons médicos nas várias especialidades e éramos bem tratados. Fomos obrigados a deixá-los ir embora e Vila Real não tem respostas. Mas o dinheiro é o mesmo. Uma parte da verba que o Centro Hospitalar recebe pertence ao nosso Hospital.

Temos pessoas competentes na nossa região, que já deram provas disso e com o dinheiro que nos pertence podemos ter no Hospital a prestação de bons serviços sem sermos geridos por pessoas de outras regiões que não conhecemos de lado nenhum como era o anterior administrador Dr. Carlos Vaz e o que agora lá está. Estes



senhores não têm o mínimo respeito por nós; levaram-nos a cardiologia e tudo o que podem para Vila Real.

Não é o mesmo ter um Unidade Hospitalar gerida por uma pessoa do nosso Concelho mas com autonomia para decidir, do que estar sujeitos à gestão de uma pessoa que não conhecemos e que só puxa para Vila Real. Eu não preciso de nada que pertença a Chaves e Vila Real nunca nos deu nada.

FRANCISCO JOSÉ T. L. SILVA PRETO do MAI – pediu novamente a palavra por direito de resposta.

“Não quero que o Movimento de Independentes seja visto como obstaculizador do desenvolvimento do Hospital de Chaves. Não teríamos qualquer problema em defender uma Unidade Local de Saúde se soubéssemos ela que era viável. Queremos gestores aqui? E o que é que eles vão gerir? Quanto é que o Estado vai dar a essa ULS?”

Sabemos que há várias ULS no país e recebem um valor estipulado por cada utente. Não defendemos a Unidade em Chaves porque sabemos que aquilo que o estado nos poderá dar não é suficiente para termos aquilo que hoje temos e vamos ficar pior do que estamos hoje. Não conseguiremos ter os mesmos médicos, o mesmo pessoal hospitalar e essa é que é a questão.

Quem manda não é o Hospital de Vila Real que é igual ao nosso. O Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, não está a ser gerido por ninguém de Vila Real, e devia ser ouvido o pessoal médico, enfermeiros e outro pessoal que trabalha no Hospital de Chaves para saber o que eles pensam de tudo isto. Não podemos meter todos os administradores «no mesmo saco». Cada pessoa tem a sua sensibilidade, a sua forma de resolver os problemas.

Nós queremos que o Hospital de Chaves tenha melhores serviços e Vila Real - ida e volta - dista 140 km mas Lisboa dista 900 e o Porto cerca de 400. Devemos lutar por aquilo que já temos e não por aquilo que imaginamos, com um ideal que nunca vamos concretizar”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – recordou que foi feita uma Assembleia extraordinária em março para defender a saúde e porque a degradação do Hospital de Chaves era inaceitável.

“A situação agravou-se desde essa altura e a única coisa que saiu de novo dessa reunião da AM foi uma Comissão de Defesa da Unidade Hospitalar, cujos resultados concretos são zero. Daí resultou uma Convenção dos Autarcas do Alto Tâmega sobre saúde porque era a única coisa que podia sair com força nesta Região. Falhou porque a mobilização foi pouca. Faltaram muitos eleitos locais, incluso, Presidentes de Câmara e Presidentes de Assembleias Municipais.

Se a iniciativa fosse sobre saúde até poderia ter sido convidado António Arnaut, fundador do Serviços Nacional de Saúde, os bastonários da Ordem dos Médicos, dos Enfermeiros, dos Técnicos e outros para que a Convenção ficasse devidamente referenciada nos órgãos de comunicação social e tivesse a devida força. Nada disso aconteceu. A iniciativa ficou muito aquém do espetável. Ficou explícito que os autarcas do PSD e de alguma maneira os do PS que o governo não responde à questão da ULS; não diz que sim e também não diz que não e é essa clarificação que é urgente.



Sabemos que o modelo de Centro Hospital, que existe há sete anos, não resolveu nada e todo este tempo teve o benefício da dúvida. A autarquia a seu tempo, decidiu aceitar o modelo do Centro Hospitalar, e em todo este tempo não foram cumpridas as falsas promessas que nos fizemos; eram falsas no projeto do Ministro Correia de Campos e do Governo do Partido Socialista. Nunca houve nenhum projeto sério para qualificar o Hospital de Chaves. O projeto do Centro Hospitalar pressupõe uma unidade arrefecida em Chaves e um grande Hospital Central em Vila Real. Entendo que é indispensável para toda a Região do Alto Tâmega que o Hospital de Vila Real seja muito bom mas é indispensável que o Hospital de Chaves se qualifique e não o fez.

Estes eram os aspetos essenciais que deviam ser discutidos e o Senhor Presidente da Câmara tem de ter uma resposta; depois da AM extraordinária de março e dos projetos que apontou, entendeu que tinha de se submeter, democraticamente, à decisão de falta de solidariedade dos autarcas do Alto Tâmega, ao não aceitarem uma Convenção apenas sobre saúde.

É urgente pensar numa solução porque a degradação do Hospital de Chaves é assustadora e tem a componente do projeto do Centro Hospitalar e principalmente a componente deste Governo, com um desinvestimento muito forte no SNS, a nível nacional. Esta Assembleia Municipal e a autarquia têm de ter uma sequência de respostas que se esvaziou na Convenção de junho e uma tomada de força na defesa da qualificação do Hospital de Chaves. O Governo tem de dizer definitivamente se há ou não Unidade Local de Saúde em Chaves”.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – usou de novo da palavra para dizer que era importante tomar uma decisão sobre a saúde.

“Temos de nos preocupar, sobretudo, com as respostas que existem na saúde. Se vamos continuar a discutir o modelo, daqui a três anos estamos aqui a discutir isso de novo. É importante que façamos exigências concretas para obtermos respostas concretas e é isso que sugerimos ao Senhor Presidente da Câmara.

Que se comece por suprir as necessidades dos recursos humanos do Hospital de Chaves, que se coloquem a funcionar os equipamentos, que se resolvam problemas de mobilidade e transporte de doentes e que, sobretudo se faça cirurgia de ambulatório e os dois blocos funcionem”.

RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA da CDU – cumprimentou os presentes e fez um pedido de esclarecimento.

“Sobre a questão do encerramento da Escola do Ensino Básico de Curalha a Associação de Pais vai estar presente na luta pela sua manutenção porque está solidária com a Junta de Freguesia.

Numa reunião havida entre o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Ministro da Educação foi-lhe garantido que não haveria nenhum encerramento de escolas contra a vontade das populações, nem contra o executivo municipal. Estranhamos agora esta postura relativamente a Curalha e gostava de saber o que de concreto se passa”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – respondeu às questões colocadas.

Eu nunca afirmei que estive reunido com o Senhor Ministro da Educação, porque isso nunca aconteceu. Eu referi que o Senhor Ministro da Educação, em audiência na



Comissão Parlamentar da Educação, na AR, disse que não encerraria nenhuma escola contra a vontade dos autarcas. Perante isso eu apresentei a contraproposta para que não encerrasse nenhuma escola no nosso Concelho.

Sobre a Convenção de Vila Pouca de Aguiar entendo que não houve desrespeito pela Assembleia Municipal. Efetivamente este Órgão deliberou que se realizasse uma Convenção Autárquica Intermunicipal para debater o tema da saúde. Propus aos colegas do Alto Tâmega, no âmbito de uma reunião da CIM, que se realizasse essa Convenção; foi entendido que para além da saúde de introduzisse o tema “políticas sociais”. Entendi que seria útil unir os autarcas, introduzindo também as outras questões sociais, sendo a saúde o tema principal. Independentemente de ter sido realizada em Vila Pouca de Aguiar, estivemos mal porque a Assembleia Municipal de Chaves não levou uma posição concreta, apesar de ter estado presente a Comissão de Defesa da Saúde. Levou várias posições e divergentes. Como nos podemos unir em torno do nosso hospital quando nós próprios ainda não consolidamos qual é o modelo que queremos?

Concordo com o Dr. Manuel Cunha que ficámos muito aquém das expectativas.

Eu entendo que a Unidade Local de Saúde é o melhor modelo para servir o país. Não é só para servir o Alto Tâmega porque o que está mal no país, em termos de saúde, é esta diversidade de modelos. O país devia ter todo o seu território estruturado em Unidades Locais de Saúde e acima delas, os Hospitais Centrais mais diferenciados, ou menos diferenciados, em função da população que servem. Desta forma defendo um bom Hospital Central em Vila Real porque assim a nossa população estará melhor servida. Mas o Douro também teria a sua Unidade Local de Saúde tal como tem Bragança, Distrito que gere três Hospitais – Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Bragança – para além dos Centros de Saúde, todos em rede. Já tinham o Centro Hospitalar que integrava os três hospitais atrás referidos, tinham um ACES mas quiseram fundir e criar a Unidade Local de Saúde do Nordeste.

Quanto ao modelo de financiamento não tem sido público, a Unidade Local de Saúde do Nordeste, queixar-se sobre a forma de financiamento. Queixam-se da diferenciação no valor, porque os governos não têm atribuído um valor uniforme.

O que é bom para Matosinhos, Portalegre, Beja, Viana do Castelo, Guarda Castelo Branco e Bragança é, certamente, bom para o Alto Tâmega. Entende-se que este é o melhor modelo de gestão. A questão não se deve colocar no financiamento. Importa é se o modelo é ajustado ou não, se é dessa forma que serve melhor a população. Os doentes que não possam ser tratados na ULS serão levados para o hospital de referência, em função dos casos.

Entendo que a Convenção não perdeu oportunidade pela reunião que tive anteriormente com o Senhor Primeiro Ministro, pelo contrário. O que foi dito ao Senhor Primeiro Ministro podia ter sido reforçado, potenciado, na Convenção, mas infelizmente não foi. Como os demais colegas de Câmaras do Alto Tâmega, tive oportunidade de reunir com o Senhor Primeiro Ministro em Vidago, a quem coloquei uma série de problemas que nos atormentam. Fui criticado por ter participado nessa reunião, mas se não tivesse aceitado reunir, hoje estaria aqui a ser criticado por não o ter feito.



Com a criação da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, entendo que hoje nos demos unir à sua volta e deixar de falar no Distrito de Vila Real. O que nós queremos é que toda a organização do Estado se faça, na justa medida, em torno das Comunidades Intermunicipais. É nesse sentido que devemos trabalhar para que Chaves e o Alto Tâmega possam voltar a ter as oportunidades que tem perdido ao longo de sucessivos governos.

Não tenho qualquer problema em afrontar o governo porque o meu partido é Chaves e trabalharei com todos, por Chaves, independentemente de o Primeiro-ministro ser este ou outro qualquer; não deixarei de lhe dizer sempre aquilo que penso.

Relativamente às Termas de Chaves estamos perante uma situação algo complexa. A instalação elétrica do Balneário não estava certificada pela CERTIEL, o que significa que vinha funcionando, há alguns anos, de forma irregular. Feitas as obras de ampliação e requalificação, em função das vertentes que lhe queremos dar, mantendo a vertente de saúde e reforçando a vertente de bem-estar e de reabilitação física, tem de ter uma licença de utilização. Licença essa que é fundamental para que o equipamento possa funcionar. Não estando a instalação elétrica certificada, e dizendo o Engenheiro Eletrotécnico projetista que a instalação existente tinha que ser toda remodelada, não era possível manter o Balneário em funcionamento, nas devidas condições e com segurança para os utentes, com obras a decorrer em simultâneo. O que se pretende com este esforço financeiro é que a nossa estância funcione com grande qualidade e sejamos, no futuro, uma referência nacional em termos de termas.

A obra está atrasada. A culpa é exclusivamente do empreiteiro que certamente sofrerá as penalizações contratuais devidas por esse atraso. Esperamos que fique concluída o mais breve possível.

É verdade que as obras do Museu das Termas Romanas se vêm arrastando de forma incompreensível. A Direção de Cultura do Norte não nos tem facilitado as coisas e não nos permitiu que a obra se desenvolvesse de acordo com o que estava projetado. O projeto foi alterado e muito negociado e a alteração foi aprovada na última reunião de câmara. Os trabalhos vão continuar e esperamos que finalizem até dezembro de 2014, como estava previsto.

À situação do Parque Empresarial não é alheia a situação de recessão que país atravessa. Não surgem novas empresas e para o interior as dificuldades são ainda maiores. Vamos manter a fé e quem sabe se daqui a dois anos não haverá novas unidades fabris ali abertas.

O MARC como já referi anteriormente foi um fracasso. Não houve adesão das pessoas/empresas. A Empresa MARC SA foi extinta e os ativos e passivos serão internalizados na Câmara Municipal. A dívida global da autarquia já integra o passivo do MARC. Em 2002 a SIMAB – empresa nacional promotora dos mercados abastecedores não queria concretizar este investimento; foi o executivo municipal que se impôs para que fosse feito. Estamos a falar numa estrutura pensada pelo governo do Eng.º António Guterres que iria distribuir mercados abastecedores pelo país. Entretanto o governo mudou e assumiu funções como Primeiro-ministro o Senhor Dr. Durão Barroso. Nessa altura o governo entendeu rever o programa dessa estruturas e propuseram a sua não realização em Chaves. A autarquia lutou contra essa



decisão e o investimento foi feito. Efetivamente tinha razão quem dizia que não ia ter sucesso mas a verdade é que Chaves ganhou porque tem uma estrutura física onde hoje está instalada uma empresa a criar riqueza e a gerar postos de trabalho.

Da rede de mercados abastecedores espalhados pelo País não é conhecido algum que tenha tido sucesso.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Madalena e Samaiões, Dr. Luís Dias de Carvalho referiu o Feriado Municipal. Frequentemente as revoluções resultam de lutas entre irmãos. Será prematuro estarmos a questionar o “8 de Julho”. Se o Governo cumprir o que prometeu, restabelecendo os feriados que entretanto retirou, entendo não ser fundamental discutir-se a data do feriado municipal.

Foi dada a resposta sob o tratamento de efluentes da zona industrial. A solução final é da responsabilidade da Empresa Águas de Trás-os-Montes. Como o tratamento de efluentes se integra na denominada “alta”, a construção do emissário para levar o efluente para a estação de tratamento é da responsabilidade da empresa que está a tardar em fazer o investimento.

A solução encontrada foi provisória e serviria para uso doméstico numa dimensão equivalente a 500 habitantes e, por mau funcionamento de uma das unidades instaladas no Mercado Abastecedor surgiu essa situação que está a ser corrigida.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Curalha referiu-se ao encerramento de escola, assunto que já foi aqui debatido.

Ao Senhor deputado José Pimentel quero dizer que a autarquia não anda de chapéu na mão. A Câmara Municipal não está em rotura financeira. O Governo estabelece quatro escalões para avaliar a dívida das autarquias locais; no primeiro escalão estão as autarquias que têm uma dívida três vezes superior à média da receita corrente dos últimos três anos. Nós não estamos nessa posição. Essas autarquias têm de ir, obrigatoriamente para a recuperação financeira e tem de recorrer ao Fundo de Apoio Municipal, o denominado FAM; no segundo escalão estão as autarquias que têm uma dívida entre 2,25 e 3%. Também o nosso município não está nesse patamar. As autarquias que estão nessas condições têm de, obrigatoriamente ir para saneamento financeiro e poderão ter acesso ao FAM, ou não, já de livre vontade; no terceiro patamar estão os municípios que têm uma dívida entre 1,5 e 2,25% que é, efetivamente o caso do município de Chaves. As autarquias que estão nessa situação vão para saneamento financeiro se quiserem. A recomendação é que podem e devem ir, mas não são obrigados. O Executivo entende que sim. Vamos aderir ao Programa de Saneamento Financeiro por uma questão de boa gestão. Reafirmo que estamos nesta situação por uma questão de oportunidade; se não tivéssemos contraído dívida não tínhamos realizado o volume de obra que vos foi apresentado na última Assembleia Municipal. No final do mandato esperamos ser avaliados por essa decisão.

Reafirmo que quero a Unidade Local de Saúde e entendo que todo o País se deve reorganizar dessa forma. Na minha curta experiência como deputado da AR o Grupo Parlamentar do PSD iniciou a organização de um estudo que previa que o País inteiro tivesse esse modelo como estrutura de base para a saúde dos cidadãos. Unidades Locais de Saúde, acima os Hospitais Centrais mais diferenciados ou menos diferenciados, e acima os Hospitais especializados como são os Psiquiátricos,



Pediátricos etc. Era este o modelo em que o PSD estava a trabalhar para que, se um dia fosse governo, o pudesse apresentar. Pelos vistos o trabalho parlamentar não tem consequências posteriormente nos governos sucessivos e, infelizmente, o que falta em Portugal é coerência nas políticas. Aqui têm culpa os dois partidos políticos do arco de governo que não têm coerência nas políticas que vão tomando.

Não estou refém deste governo como não estarei refém de governos futuros, sejam eles quais forem.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – usou novamente da palavra para um pedido de esclarecimentos.

Perguntou se quando foi aprovado o projeto de remodelação e beneficiação das Termas de Chaves não incluía um projeto de eletricidade e se o mesmo não tinha a indicação da necessidade da certificação por parte da CERTIEL. Se a questão elétrica e a certificação, que atrasou o processo, só surgiu agora.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – respondeu que a CERTIEL não certifica projetos mas sim a obra feita.

O que impediu que houvesse uma ala em funcionamento em simultâneo com a execução de obras foi a deficiente instalação elétrica existente. Se havia essa deficiência e se os quadros principais tinham de ser alterados, como foram, não era possível manter em funcionamento uma ala com os trabalhos de alteração de toda a rede elétrica a decorrer em simultâneo. Toda a instalação elétrica foi alterada. Quando a obra estiver concluída, a CERTIEL fará a vistoria, coisa que nunca aconteceu e depois disso será emitida a respetiva licença de utilização e só a partir daí o Balneário estará em condições de funcionar com toda a segurança.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – voltou a usar da palavra para dizer que enteu a explicação do Senhor Presidente da Câmara mas que é suposto que nos projetos elétricos, bem como nos projetos de segurança não haja segmentação; o projeto para poder ser aprovado e certificadas as respetivas instalações, tem de ser feito um diagnóstico e análise de todo o edifício, o que parece não ter sido feito neste caso. Pelos vistos não bastaram doze anos para perceber que as instalações não estavam certificadas.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – respondeu que não vale a pena andar à volta da questão.

A verdade é que houve necessidade de encerrar o Balneário no seu todo. A situação da parte elétrica levou à conclusão de que não seria possível manter uma ala em funcionamento ao mesmo tempo que decorriam as obras de ampliação e a solução foi encerrar o edifício no seu todo.

Acontece que o empreiteiro está a demorar mais do que o que estava previsto e a ala dos tratamentos de saúde que estava previsto terminar no fim de maio e programada para abrir em junho não ficou concluída e ainda hoje não está. A decisão foi sempre de execução da totalidade da obra e em simultâneo.

Entrou-se no “Período da Ordem do Dia”.



A ata número três referente à sessão ordinária realizada no dia 30 de abril de 2014, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

O Senhor deputado Manuel Cunha fez uma chamada de atenção para o último parágrafo da sua intervenção na página sete.

(Foi ouvida novamente a gravação e feita a retificação)

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro fez uma chamada de atenção na sua intervenção na página quarente quatro – quinto parágrafo, em que lhe parece que foi cortada a frase.

(Foi ouvida novamente a gravação e completada a frase)

Posta à votação foi aprovada por maioria, com 2 abstenções por ausência na última sessão.

PONTO 1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL.

Usou da palavra o **1º. Secretário da CIM – Dr. João Gonçalves Martins Batista** que depois de cumprimentar os presentes disse:

“Actividades desenvolvidas pela Comunidade Intermunicipal

(Informação nos termos do nº 2 do Artº 90 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro)

Instalação e operações necessárias no processo de transição da antiga CIM de Trás-os-Montes para as novas CIM do Alto Tâmega e Terras de Trás-os- Montes.

. Negociação, preparação e concretização do Acordo de Parceria entre a CCDRN, a CIM – AT e a CIM – TTM para permitir o necessário fluxo de fundos estruturais de apoio, antes previstos para a CIM – TM como único Beneficiário e agora direccionados a dois novos Beneficiários: CIM – AT e CIM – TTM.

Reprogramação da Candidatura à Capacitação Institucional (ON2) e dos múltiplos projectos dela integrantes, em função da nova realidade:

- Avaliação da Subvenção Global e do Programa Territorial de Desenvolvimento de Trás-os-Montes – projecto já concluído;

- Estudo de Sustentabilidade das Estruturas da Protecção Civil – validada a primeira fase do trabalho, estando a segunda e última fase em execução;

- Estudo de valorização do potencial Cinegético e Piscícola no território da Comunidade – primeira parte do trabalho já realizada, aguardamos nova proposta para validação;

- Plano de Acção da Rede Viária – trabalho em fase final de elaboração;

- Plano de Acção Territorial para a Promoção do Empreendedorismo no Alto Tâmega – já foram fixados os Termos de Referência, estando em elaboração o Caderno de Encargos e o Programa de Concurso;

- Aquisição de Hardware e Software necessários à CIM para suporte à realização de interesses comuns aos Municípios – em execução;

- Cadastro da Iluminação Pública – definidos os termos de referência, estão a ser elaborados o Caderno de Encargos e o Programa de Concurso.

Reprogramação da Candidatura para Aquisição de Equipamentos de Protecção Individual para 50% dos Efectivos dos Corpos de Bombeiros do Alto Tâmega (POVT) – o júri concluiu a análise das propostas apresentadas, estão em análise reclamações dos concorrentes para que o mais rapidamente possível se proceda à adjudicação.



Reprogramação da candidatura ao POAT, para financiamento a 100% da Elaboração do PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL .

No contexto deste trabalho já se realizaram duas ou mais reuniões em cada Município (de âmbito mais restrito ou alargado), sessões de trabalho com diversas Entidades cuja base de actuação coincida, no todo ou em parte, com o território da CIM-AT e acções que envolveram outras CIM. A CCDRN acompanha, com proximidade, a evolução do Plano.

Todas as nossas actividades, neste âmbito, são articuladas com a ADRAT.

Acompanhamento do programa de modernização administrativa dos Municípios (SAMA).

Por solicitação dos Senhores Presidentes de Câmara, ou por nossa proposta, devidamente aprovada pelos Mesmos, estabelecemos contacto com os diversos gabinetes governamentais e outras Entidades de relevância estratégica para a região. Nomeadamente: Primeiro Ministro, Ministro de Estado e do Desenvolvimento Regional, Ministro da Saúde, Ministra da Justiça, Ministro da Educação, Ministro da Economia, Ministro dos Assuntos Sociais, incluindo as Secretarias de Estado dos citados Ministérios, CCDRN e outras CIM, IEFP (Norte e Local), DGEST – Norte e Directores dos Agrupamentos de Escolas de todos os Municípios da CIM.

- . Organização de Eventos (Vidago) e participação em Eventos (BTL).
- . Coordenação da Oferta Formativa a nível dos Cursos Profissionais.
- . Construção da Página WEB.
- . Publicação de um Desdobrável Promocional do Alto Tâmega.

Nota: Os documentos que suportam todas as informações referidas estão arquivados na sede da CIM.

Disponível para qualquer esclarecimento adicional, sobre estes ou outros assuntos, no campo de actuação da CIM – AT.

O Senhor deputado **Manuel Justino Matos Cunha** pediu a palavra para perguntar se a freguesia de S. Vicente da Raia fazia parte do Parque Natural de Montesinho.

O **Senhor Presidente da Câmara** informou que não. Faz parte da REDE NATURA.

PONTO 2. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.

1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo

2 – Obras em Curso - Documento anexo

3 – Outras Atividades Relevantes - Documento em anexo.

Outras Informações:

Intervieram os seguintes deputados:

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que o quadro que recebeu sobre as obras em curso lhe suscitou algumas dúvidas.

Há obras designadas como “obras em curso” que já estão concluídas há cerca de um ano e não entendo porque continuam a ser mencionadas de obras em curso. Queremos ter informação sobre as obras em execução e não sobre as que já se encontram concluídas, porque essas já terão sido objeto de informação nas sessões anteriores.

Os prazos definidos em determinadas obras, como prazo de término, não jogam com a data da consignação, ou seja: às vezes o prazo de conclusão da obra é de 90, 120, 150 ou 360 dias e depois o somatório da data de início não coincide com a data



de fim. É o caso da obra de “retificação do Mercado de Gado de Chaves” que tem a consignação em 3 de Janeiro de 2011 e termina em 2014, com um prazo de 60 dias. As obras que me preocupam são sobretudo aquelas que têm a ver com as Termas, as obras de Vidago, o acesso prioritário ao Hospital de Chaves, o Museu das Termas Romanas; são obras que refletem um atraso significativo. Esse atraso resume-se apenas na incapacidade dos empreiteiros em fazer face ao cumprimento contratual, ou tem a ver com a dificuldade da Câmara de Chaves pagar, tempestivamente, as respetivas faturas?

Sobre a informação da atividade municipal tínhamos pedido ao Senhor Presidente da Câmara para que, se possível, o seu Gabinete desse uma informação mais detalhada dos temas abordados nas várias reuniões e deslocações feitas.

Sobre a reunião havida com a Cooperativa Agrícola de Chaves gostaria de saber se esteve relacionada, ou não, com a crise financeira que esta entidade atravessa e com as dificuldades em fazer face às suas responsabilidades. Se foi apresentada alguma iniciativa no sentido da sua resolução.

Se a visita à freguesia de S. Vicente da Raia, que não faz parte do Parque de Montezinho, serviu para identificar obras essenciais para a freguesia e se sim, quais são.

Relativamente à Assembleia Geral do MARC já se falou que iria ser extinta mas ainda não veio a esta Assembleia a proposta de liquidação. É preciso avaliar as causas para que decisões desta natureza não se repitam. Procurei informação sobre a situação financeira e patrimonial do MARC e não a encontrei. Era importante que pudéssemos pedir responsabilidades aos gestores desta empresa acerca do seu desempenho nos últimos anos.

Houve reuniões da Assembleia Geral do MARC dia 19 e dia 23 e gostaríamos de saber o que foi tratado.

Relativamente à Direção de Serviços da Região do Norte da DGEstE gostaríamos de saber as questões que foram tratadas; relativamente aos cursos de Formação Profissional também gostaríamos de ter alguma informação.

Quanto à questão do pré-acordo com as Águas de Portugal era importante que esta Assembleia conhecesse as linhas mestras desse acordo para ter uma opinião crítica sobre esta matéria.

Gostávamos de saber sobre a proposta de lei do Fundo de Apoio Municipal discutida no Conselho Geral da ANMP, qual é a contribuição que o Município de Chaves vai ter de dar para este Fundo e como vai valorizar o dinheiro. Se é com fundos próprios ou se vai ter de recorrer à banca.

Gostávamos de saber como está o relacionamento entre a autarquia e as Juntas de Freguesia no que respeita ao dossier dos sistemas de abastecimento de água, nomeadamente qual é a proposta para aquelas que têm sistemas próprios e fazem a sua gestão. A mesma pergunta relativamente à freguesia de Calvão e Soutelinho da Raia. Quais as obras que foram identificadas como prioritárias para esta freguesia, que calendário existe, que investimento e que fontes de financiamento.

Sobre a reunião com a ARSN gostávamos de saber, no que respeita ao processo de requalificação da Unidade Hospitalar de Chaves, se existe alguma ideia para quando o reforço das especialidades de Ortopedia e Reabilitação Física.



Por último gatávamos de saber se já há alguma solução à vista sobre a Unidade de Cuidados Continuados.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA DA CDU – referiu a reunião havida com a ARSN sobre a Ortopedia e Medicina Física; o que se sabe é que o Diretor do Centro Hospitalar disse que não haveria nenhum investimento, nesta área, na Unidade Hospitalar de Chaves, exceto a introdução de camas para cuidados paliativos. Gostava de ser esclarecido sobre este assunto.

Sobre a Unidade de Cuidados Continuados entendo que é um processo tão “nubloso” que, como membro desta Assembleia Municipal, gostava de entender como se chegou a esta situação. Em determinado momento foi-nos pedido, em nome de se encontrar uma solução para a continuação do funcionamento dos cuidados continuados que não se levantassem questões sobre esse processo. Como deputado municipal tenho de perceber o que se passou com a Unidade de Cuidados Continuados.

Relativamente à UTAD gostaria de saber se se confirma o encerramento completo das suas atividades em Chaves.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões que foram colocadas pelos Senhores deputados.

As visitas às freguesias que já foram feitas e as que estão programadas têm o objetivo de nos conhecer melhor e de fazer uma abordagem global sobre as necessidades das freguesias mas sem se programar nada. Se por um lado estamos a fazer o saneamento financeiro da autarquia não podemos por outro gastar sem qualquer restrição.

Eu nunca disse aqui que a situação financeira da autarquia era fácil. O que eu disse é que estamos no terceiro patamar do escalão para a dívida das autarquias. Não estamos no primeiro, nem no segundo, onde a situação é muito complicada. Estamos no terceiro onde a situação é bem mais aceitável. A recomendação da Tutela é que podemos e devemos aceder ao Programa de Apoio para saneamento financeiro e é isso que vamos fazer.

Vamos ter um mandato para discutir o assunto e quando chegarmos ao final o povo será quem irá ajuizar as nossas opções.

Sobre a falta de informação da página do MARC vou procurar que seja suprida essa falta. Realizaram-se duas Assembleia Gerais próximas porque na primeira não constava da ordem de trabalhos a extinção da sociedade e esta só pode ser extinta se for convocada expressamente para o efeito e foi isso que aconteceu; foi convocada expressamente para esse efeito. A que foi realizada no dia 23 já integrava esse ponto na ordem de trabalhos. Foi nomeada uma Comissão liquidatária composta por mim, pelo Presidente anterior, Dr. João Pereira e João Miranda Rua, Presidente da ACISAT que, em conjunto com o Revisor Oficial de Contas está a elaborar todo o processo. Não é um processo fácil, pelo contrário e no devido tempo serão informados do seu percurso. Esta decisão está a dar seguimento a uma decisão desta Assembleia Municipal tomada ainda no anterior mandato.

A reunião com a Direção de Serviços da Região Norte da DEGEstE teve a ver, essencialmente, com os cursos de formação profissional e com a rede de escolas do 1º ciclo. Como apresentei, em nome da Câmara Municipal, uma contraproposta para



que não encerrasse nenhuma escola quis reunir para argumentar. Infelizmente os argumentos não colheram a 100% mas também não caíram todos em saco roto como o Senhor deputado referiu, na medida em que Mairós estava previsto fechar e não fechou.

Sobre os cursos de Formação Profissional, apesar de estarem na esfera da CIM, como foi referenciado há pouco, enquanto Presidente da Câmara, não deixarei de acompanhar o processo no que respeita a Chaves. Tem sido bastante discutida a possibilidade de termos a ter um curso de Formação Profissional na área da Música, pedido pelo Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins, com o apoio da Academia de Artes. Temos insistido junto do Governo para que no próximo ano letivo tenhamos formação profissional no décimo ano, do ensino da música.

A reunião com as Águas de Portugal. O atual modelo não funciona e eu venho dizendo isso desde 2001. Aderimos precipitadamente ao sistema multimunicipal com os votos contra do PSD e dos seus vereadores de então; nessa altura apresentámos uma contraproposta que não foi tida em consideração pelo Executivo camarário, no sentido de, ao nível do Alto Tâmega, se criar um sistema intermunicipal, associado à empresa de produção de energia elétrica; transformar a EHATB numa empresa em que o objeto seria o ambiente e pudesse produzir energia elétrica e distribuir água. Com isso tínhamos aproveitado a mais-valia do valor da produção de energia elétrica para poder ajudar a financiar a distribuição de água. Essa proposta, como já disse não foi aceite pela maioria de então, que entendeu ser melhor a entrada para o sistema multimunicipal, em alta, das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. Revelou-se um tremendo fracasso, não só para Chaves, mas para todos os municípios que fazem parte da rede e consomem água da Empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. Um autêntico fracasso. Este modelo não pode continuar.

O modelo tem de ser verticalizado e a única garantia que pedi às Águas de Portugal é que, se o modelo for verticalizado, garantam que a construção do preço se fará de acordo com a taxa de inflação. Essa garantia foi-me dada. Com essa garantia tenho a certeza que a água em Chaves nunca subirá da forma como subiu a água em alta. Quando o município de Chaves aderiu à integração do sistema multimunicipal da água em alta, se bem se lembram, o preço de referência, em 2001, era de 48 cêntimos o m³; o preço que hoje nos cobram é de 69 cêntimos por m³. A evolução do preço não teve a ver com as taxas de inflação mas sim com uma fórmula esquisita, de investimentos que não pudemos controlar, investimentos excessivos, mal programados, não adequado; uma estação de tratamento de águas construída na Barragem dos Pisões, supostamente para distribuir água para todo o Alto Tâmega, mas que apenas o Município de Chaves consome. Isto significa que os restantes municípios aderiram de início, mas sem intenção de consumir (sem querer fazer juízos de valor), e levou a que esse enorme investimento esteja a ser suportado apenas por quem consome, neste caso Chaves, com um preço incomportável.

Garantiram-me que depois de atingir o preço de referência que é estabelecido pelo ERSAR, o valor da água subirá de acordo com a taxa de inflação. Se assim for o que está aqui em causa é discutir o valor que nos deve ser retribuído, pelo acordo de parceria e qual o valor que nos vão pagar pelas nossas infraestruturas. Isto é o que



está em discussão e o resultado virá a esta Assembleia Municipal em devido tempo, depois de ser discutido em reunião de Câmara.

Sobre a situação do FAM o Governo apresentou uma proposta de lei na Assembleia da República, com a qual os municípios não concordam e enquanto a lei não for publicada não se sabem nem valores nem prazos. A proposta é de que o FAM fosse constituído em 50% pelos municípios e 50% pelo Governo. Os municípios não concordam e certamente que o valor será significativamente reduzido. Pessoalmente propus que as autarquias não tivessem de dar nada. Já foi este Governo que subiu o IVA da iluminação pública, de 6 para 23%. Na altura não compreendi a passividade de ANMP na medida em que os municípios prestam um serviço público ao país em cada um dos seus concelhos e o orçamento de estado financiou-se à custa da prestação de um serviço público, o que é inadmissível. A ANMP que inclui autarcas de todos os quadrantes políticos, estranhamente não reagiu e eu, numa reunião da Associação sugeri que o FAM fosse constituído com o valor retirado aos municípios por essa via. A sugestão não foi aceite. Aguardamos a resolução final. Esta ida a saneamento financeiro é para resolver o problema e não para criar outros.

A reunião com os Senhores Presidentes de Junta relativamente à gestão dos sistemas públicos de abastecimento de água serviu para os esclarecer das novas regras. Se for levado a bom termo o acordo de parceria pública com as Águas de Portugal, relativamente à gestão da água em baixa, pela futura empresa Águas do Norte, ou por outra, conforme o Grupo assim o entender, entregaremos apenas, para gestão, a água que é distribuída e que provem da origem em alta, das Águas de Trás-os-Montes. Os Senhores Presidentes de Junta que têm sistemas próprios e os gerem sabem que, a partir de 1 de janeiro de 2015, nos termos da lei, a Câmara Municipal passa a ser a única entidade gestora na distribuição de água. Os Senhores Presidentes de Junta ficaram de decidir se querem que a água continue a ser distribuída em parceria com a Câmara Municipal. Se assim for será estabelecido uma parceria com cada Junta que fica com a responsabilidade da distribuição da água, apesar de, oficialmente, a entidade gestora ser a Câmara Municipal. Será a Câmara Municipal que procederá à emissão da fatura, que faz o controlo de qualidade e o respetivo tratamento. A Junta de Freguesia fará manutenção da rede, a reparação das roturas e o controlo de fugas de água. Nesses casos a Câmara Municipal apenas ficará com o valor referente aos custos de exploração, transferindo o excedente para as Freguesias. As Juntas de Freguesia que não queiram assumir esta responsabilidade ficaram de me comunicar e nesses casos a água será entregue à Empresa Águas de Trás-os-Montes que terá de investir para levar às localidades, água de qualidade e em quantidade.

Quem vai definir o custo por m³ é a entidade Reguladora – ERSAR – que uniformizará os preços dentro do concelho, e isso pode levar a que numa ou noutra freguesia a tarifa da água tenha de subir. Se isso acontecer resultará uma mais-valia em termos de proveitos financeiros que reverterá para as Juntas de Freguesia.

A reunião com a ARSN foi pedida por mim para discutir a situação da Unidade de Cuidados Continuados. Nessa reunião, realizada no Porto, esteve presente o Senhor Dr. Fernando Pereira, um dos membros do Conselho de Administração do Centro Hospitalar e foi também abordada a situação do Hospital de Chaves com a



possibilidade de diferenciar esta unidade com as especialidades de Ortopedia e Reabilitação Física. Esta é uma reação do Governo, através da ARS para a não criação ULS, que eu defendo, embora não deixe de abordar as matérias que me são apresentadas. Neste caso Ortopedia seria a especialidade de referência para todo o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro. Isto significa que as cirurgias programadas de Ortopedia seriam todas feitas no Hospital de Chaves, assim como o Centro de excelência de Reabilitação Física, que também passaria a ser Chaves. O Presidente da ARSN e o administrador do Centro Hospitalar discutiram a possibilidade de fazer alterações ao nível dos blocos operatórios, assegurando-lhe as necessárias condições para esse efeito. O Senhor Dr. Fernando Pereira ficou de apresentar o dossier com o caderno de encargos e o Presidente da ARSN disse que financiaria a obra de ampliação e adaptação de um dos blocos operatórios. Vamos aguardar o desenvolvimento.

Sobre a Unidade de Cuidados Continuados a Santa Casa da Misericórdia de Chaves, oportunamente, concorreu a um programa nacional para o financiamento desta unidade, e foi atendida. O Governo de então atribuiu um subsídio de setecentos e cinquenta mil euros à Santa Casa da Misericórdia de Chaves para a construção da Unidade de Cuidados Continuados com as valências de média e longa duração. Em contrapartida a Santa Casa cedeu o terreno e respetivo projeto de construção. Depois de concluída a obra foram estabelecidos acordos entre a Santa Casa da Misericórdia e o Estado para o financiamento das camas, em função do número de doentes a ser ali acomodados, situação que se manteve até à data.

Entretanto entre a Santa Casa da Misericórdia de Chaves e a Flavicórdia que entrou para o processo ao construir um Resort Sénior no 1º andar, fizeram um negócio entre privados em que a Santa Casa vendeu a Unidade de Cuidados Continuados à Flavicórdia, ficando esta última entidade detentora do edifício. A ARSN terá detetado a situação e pediu que fossem feitas algumas alterações; a Santa Casa da Misericórdia teria de arrendar o imóvel, gerir a Unidade de Cuidados Continuados e integrar os funcionários nos seus quadros. Não sei como decorreram as negociações entre as duas entidades, mas a verdade é que no dia 7 de março a Santa Casa da Misericórdia enviou uma carta à ARSN comunicando-lhe que desistia dos acordos. Esta situação foi conhecida publicamente no dia 30 de março, numa Assembleia Geral e a partir daí bateram à porta da autarquia, de uma forma mais consistente, a pedir a sua colaboração. A partir daí fomos assistindo ao desenrolar da situação até que a Santa Casa da Misericórdia levou à Câmara Municipal uma proposta que não nos pareceu correta. Nessa proposta era pedido o empenho da Autarquia junto do Ministério da Saúde, no sentido de que o acordo pudesse incluir uma IPSS fora do Concelho de Chaves; a Santa Casa da Misericórdia de Chaves terá um acordo que eu não conheço, com uma IPSS fora do nosso Concelho para em conjunto gerirem a Unidade de Cuidados Continuados. Perante esta situação fui perceber junto da Tutela, se era possível transferir a gestão da Unidade para uma outra IPSS, ou se, obrigatoriamente, tinha de ser a Santa Casa de Chaves a fazê-lo. Fui informado que os acordos poderiam passar para uma outra IPSS que não a Santa Casa da Misericórdia, na medida em que, na sequência da carta que ela enviou, desistiu de gerir a Unidade de Cuidados Continuados. Perante isto, no dia 3 de junho fui ao Porto



questionar o Senhor Presidente da ARS se a Cruz Vermelha Portuguesa poderia gerir a Unidade de Cuidados Continuados, através da sua Delegação de Chaves. Foi-me dito que, em princípio, não haveria qualquer tipo de problema na medida em que a Cruz Vermelha Nacional através das suas delegações, gere unidades desta natureza espalhados pelo país e é uma IPSS idónea a quem o Ministério da Saúde reconhece competência para o fazer. Sei que a Delegação de Chaves da Cruz Vermelha e a Flavicórdia, proprietária do edifício, têm um acordo de princípio e irão assiná-lo, suponho que ainda esta semana e que em seguida será enviado para a ARSN para que então seja constituído novo acordo para gestão e financiamento da Unidade de Cuidados Continuados de Chaves.

O Senhor Reitor da UTAD nunca informou a Autarquia a dizer que desistia do Polo de Chaves. Sei que veio cá falar com os alunos e informou que não haveria abertura de vagas para o 1º ano do curso da única licenciatura que ainda é ministrada em Chaves e que os alunos do 2º e 3º ano seriam deslocados para Vila Real. Esta situação desagrada-me muito, o Senhor Reitor não está preocupado com Chaves.

Nesta altura estamos a negociar com o Instituto Politécnico de Bragança para que possa substituir a UTAD em Chaves e possamos continuar a ter aqui também ensino superior público. Estamos a pugnar para que os cursos de nível 5 que este Governo criou e que só podem ser ministrados por Institutos Politécnicos, sejam instalados preferencialmente em Chaves. Não nos satisfaz que se diga que Chaves vai ter cursos de nível 5, queremos também licenciaturas.

Em relação à reunião havida com a Cooperativa Agrícola a sua direção alertou-me para a situação de dificuldade financeira que estão a passar, a qual a Autarquia não pode resolver. Como todos sabem não é permitido que a Câmara Municipal financie a Cooperativa Agrícola. Já por duas vezes ajudamos financeiramente com a aquisição de património. Estamos a estudar a possibilidade de adquirir o terreno que aquele Instituição possui ao lado dos Serviços Operativos da Autarquia, para a instalação do terceiro cemitério municipal de Chaves.

PONTO 3 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CHAVES – QUADRIÉNIO 2013-2017 INFORMAÇÃO/DDSC Nº121 /SE Nº43/2014 – Para apreciação e votação.

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 74 votos a favor, 1 abstenções (da CDU) e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 4 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS, EM CIRCUITOS ESPECIAIS, PARA O ANO LETIVO DE 2014/2015. CONCURSO PÚBLICO Nº12/SC/2014 - Para ratificação.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que este assunto sendo da competência deste Órgão deliberativo, o Executivo Municipal teve de proceder à abertura do concurso, por uma questão de prazos. Vem a esta Assembleia Municipal apenas porque tem efeitos plurianuais.

Não houve intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.



PONTO 5 – AQUISIÇÃO DE BILHETES DE ASSINATURA (PASSES ESCOLARES) PARA O ANO LETIVO 2014/2015. AJUSTE DIRETO Nº12/SC/2014 - Para apreciação e votação.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que esta proposta vem à aprovação desta Assembleia Municipal apenas porque tem efeitos plurianuais.

Não hou intervenções

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 6 – LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2013. INFORMAÇÃO Nº11/SC/2014 – Para conhecimento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 7 – AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE EXECUÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE OURA. PROPOSTA Nº67/GAP/2014 - Para apreciação e votação.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** propôs que a discussão dos pontos 7, 8 e 9 fosse feita em simultâneo, mas que a votação fosse feita individualmente, tendo sido aceite.

Intervenções.

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que relativamente a estes acordos é mencionado, no texto o anexo I que não conta do documento.

Estes são acordos de vontade e se a Autarquia e as Juntas de Freguesia vão celebrá-los é porque entendem que é a melhor solução para concretizar as competências legais que lhe foram atribuídas.

Esta assunção de responsabilidades como seja a limpeza de espaços públicos e outros podem ter alguns encargos e a Câmara deve transferir-lhes os meios financeiros, patrimoniais e humanos, para o efeito. A lei diz que se não forem feitos estes acordos a competência na execução dos serviços é da responsabilidade de Câmara Municipal.

A Bancada do PS vai votar favoravelmente estas propostas.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que o anexo I é a própria lei e os acordos são feitos nos termos do art.º 25 do Anexo I da Lei 75/2013.

Só haveria aqui outro anexo se houvesse efeitos financeiros mas como não há, a delegação de competências é assumida pelas Juntas de Freguesia sem que a Autarquia transfira qualquer verba.

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que o que a lei diz é que os protocolos de execução têm de ser feitos, obrigatoriamente, com transferência de meios.



Queria alertar as freguesias que se não fizerem este protocolo a competência material de execução continua na Câmara mas se o fizerem essa responsabilidade passa para a Junta a custo zero.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 8 - AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE EXECUÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE BUSTELO. PROPOSTA Nº68/GAP/2014 - - Para apreciação e votação.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 9 – AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE EXECUÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIA. PROPOSTA Nº69/GAP/2014 - Para apreciação e votação

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 10 – ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICIPIO DE CHAVES E A EHATB-EMPREENDEIMENTOS HIDRELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO. PROPOSTA Nº 70/GAP/2014 - - Para apreciação e votação.

Intervenções:

DEPUTADA MARIA ZÉLIA VALOURA do CDS/PP – disse congratular-se pela iniciativa de celebração do aniversário natalício na cidade de Chaves de Francisco da Costa Gomes, considerando importante a homenagem a um flaviense que se distinguiu como militar, político e pensador, na história de Portugal.

O Marechal Costa Gomes nasceu no ano em que começou a primeira guerra mundial, viveu períodos da história em que se marcou como um conciliador, e pautou a sua vida por diversas iniciativas ligadas à paz, com reconhecimento mundial. Décimo quinto Presidente da República e único flaviense até ao momento a ocupar o mais alto cargo de magistrado da nação é merecedor desta homenagem.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que este contrato programa já foi explicado noutras reuniões da AM e o objetivo é ajudar a financiar atividades dos municípios seus acionistas, nomeadamente na promoção da cultura e do turismo da região.

Foi enviado a todos os elementos da Assembleia Municipal um convite para estar presentes nas cerimónias e estou a reforça-lo para que Chaves possa comemorar dignamente o centenário do nascimento do Marechal Costa Gomes.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 11 – “MASTERPLAN” DO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES - Para apreciação e votação



O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que este Plano já foi apresentado numa fase intermédia e foi discutido noutros fóruns.

A estratégia de reabilitação urbana para o município deverá ser capaz de estabelecer as orientações e os procedimentos destinados a enriquecer o atual contexto urbano do Centro Histórico de Chaves e ter em consideração os seguintes vetores de desenvolvimento: reabilitação; desenvolvimento e promoção de negócios; revitalização do comércio; dinamização do turismo cultura e lazer e a qualificação do espaço público no Centro Histórico. Nesta última vertente, a Autarquia tem feito um bom trabalho ao longo dos vários anos e podemos dizer que, de uma maneira geral, o espaço público está qualificado, com exceção do buraco do Largo do Arrabalde.

Este Plano vai trazer também incentivos fiscais dado que está previsto que haja uma redução de 15% para os edifícios existentes dentro da ARU, desde que não estejam devolutos nem em ruína e ainda mais uma majoração de 30% de redução em relação às frações, se estas forem destinadas a arrendamento. Isto significa que os edifícios no Centro Histórico que se destinem a arrendamento e que não estejam devolutos poderão ter uma redução de 30% no pagamento do IMI. Os edifícios que estejam em ruínas podem vir a ter uma penalização de majoração do IMI em mais 20%. Esta é a parte mais complicada para cumprir, na medida em que tem de ser a Câmara Municipal a identificar cada uma das frações, o que exige um levantamento exaustivo de todas as frações e seus proprietários para requerer nas Finanças a aplicação da penalização de mais 20%. A que se refere ao benefício é fácil porque é o proprietário que o requiere.

A Autarquia quer fazer parte do processo e em conjunto com os proprietários ajudar a encontrar soluções para a revitalização e devida recuperação do nosso Centro Histórico. Sabemos que não é fácil voltar a implementar a dinâmica comercial de outrora mas há um caminho que temos de percorrer em conjunto.

O Centro Histórico de Chaves sofre de patologias semelhantes aos restantes Centros do País; os governos têm tido atenção especial com algumas partes do território, aos quais lhes confere benefícios próprios, nomeadamente a constituição das SRUS. Fizemos uma tentativa de constituir uma SRU para Chaves a que o governo não se associou, ao contrário do que fez para o Porto e Lisboa, o que significa que o financiamento tinha de sair 100% do orçamento municipal. Se sucessivos governos tivessem tido, na área da habitação social, uma política de reabilitação e não de construção de novos edifícios, a situação seria bem diferente.

Ao longo dos anos os sucessivos governos apoiaram, de uma forma significativa, as autarquias na construção de habitação social e nunca criaram um programa para a reabilitação urbana, modelo que defendo como mais adequado. Em Chaves os apoios mais recentes foram para o Bairro Social dos Aregos e o de Vidago; não concordo que se concentrem muitas pessoas com dificuldades quer económicas, quer de outra natureza em espaços restritos. Defendo a recuperação de frações e destiná-las, obrigatoriamente, a habitação social. Teríamos as famílias dispersas pelo território e pela malha urbana, situação bem mais fácil de gerir.

Também entendo que à habitação social devam associar-se programas de habitação jovem e, nessa situação, teríamos os centros históricos do país devidamente recuperados e com dinâmica habitacional.



Usaram da palavra os seguintes deputados:

ANA MARIA RODRIGUES COELHO do PSD – Disse que são hoje conhecidos os problemas existentes na quase totalidade dos centros urbanos/históricos das cidades portuguesas, e Chaves não é exceção. O aparecimento de novas centralidades comerciais, associado a factores como a degradação do património e do parque imobiliário, à desertificação dos centros históricos, bem como as fracas acessibilidades, conduziram a uma degradação contínua e progressiva destes centros, cuja recuperação exige políticas articuladas a vários níveis: habitação, transporte, requalificação do espaço público, medidas de modernização do tecido comercial instalado, entre outras.

O Município de Chaves, tem desenvolvido ao longo dos últimos anos um trabalho notório em matéria de instrumentos estruturantes da política urbana municipal, destacando os projetos PROCOM, URBCOM e POLIS e mais recentemente o Programa de Ação da Parceria para a Regeneração Urbana “Mais Chaves – Valorização do Centro Histórico” e o Programa Estratégico da Rede Urbana para a Competitividade e Inovação “Chaves Monumental – Valorização e Promoção dos Valores Culturais e Patrimoniais”, no qual se insere a iniciativa aqui em discussão.

As alterações ocorridas ao regime jurídico da reabilitação urbana (RJRU) vieram possibilitar aos municípios encetar processos de reabilitação em ARU (Áreas de Reabilitação Urbana) de forma faseada. Com efeito foi precisamente essa a opção do Município de Chaves, que numa primeira fase aprovou a sua delimitação e numa fase subsequente a ORU - Operação de Reabilitação Urbana. O Masterplan aqui apresentado, não é mais do que o Plano Estratégico de Reabilitação Urbana, a que a lei obriga.

O trabalho, desenvolvido pelo Município, coadjuvado pela Quaternaire, revela grande qualidade técnica e uma visão estratégica integrada do problema, senão atente-se nas **opções estratégicas**, os **prazos de execução**, as **prioridades**, as **ações estruturantes** (distinguindo iniciativa pública e privada) e o **modelo de gestão e execução** da operação, bem como, o **quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação**, e respetivo **programa de financiamento**.

Consciente de que a intervenção de reabilitação urbana necessária no Centro Histórico, não se resume apenas à reabilitação física dos edifícios degradados, o município vai mais longe, propondo uma abordagem integrada das diferentes dimensões: física, funcional, económica, social, cultural e ambiental. Esta abordagem fica desde logo bem patente nos objetivos estratégicos definidos, de entre os quais eu destaco:

- Recentrar as dinâmicas de atividade da cidade em algumas zonas do centro histórico;
- Concluir projetos estruturantes em matéria de revitalização cultural e económica do centro histórico e assegurar condições para a sua sustentabilidade futura;
- Qualificar as principais áreas residenciais dentro do centro histórico;

A conclusão de **grandes projetos estruturantes de iniciativa pública** em curso, como o Museu das Termas Romanas, a Fundação Nadir Afonso e o Parque de Estacionamento do quarteirão da Adega do Faustino, serão determinantes na dinamização do processo de reabilitação e revitalização de todo o tecido urbano, quer



do ponto de vista social e cultural, quer do ponto de vista económico. É conhecido o esforço financeiro do município nestes investimentos, mas a sua conclusão é absolutamente determinante para a alavancagem deste Plano de Reabilitação Urbana e se quisermos ir mais longe, para a revitalização de todo o espaço urbano da cidade de Chaves.

Do trabalho apresentado, gostaria também de destacar, as **medidas de política complementares em matéria de reabilitação urbana** propostas, nomeadamente o fomento do mercado de reabilitação do edificado, a dinamização do mercado de habitação e arrendamento e a revitalização económica e social do Centro Histórico. Tão ou mais importantes que os projetos estruturantes de iniciativa pública, estas medidas serão fundamentais para mudar a visão e utilização que os diferentes utilizadores fazem do Centro Histórico. Mas para que tal aconteça, e para além das ideias vertidas no documento, será necessário repensar a utilização de outros instrumentos de planeamento urbanístico, introduzindo um planeamento efetivo do espaço urbano, em que a sua funcionalidade seja estruturada e criados os mecanismos necessários para que cada espaço desenvolva efetivamente as funções que se entendem mais vantajosas e favoráveis a um desenvolvimento coerente e harmonioso.

Contudo, as experiências e trabalhos já realizados, têm revelado a existência de fortes barreiras ao desenvolvimento nas áreas urbanas degradadas que aumentam o risco e a incerteza do investimento privado, desincentivando-o. Por isso, os investidores privados só investem nessas zonas se o sector público implementar medidas de minimização do risco que lhes assegurem um retorno suficientemente elevado. Dentro destas medidas, demonstrou-se que a utilização de incentivos fiscais pode desempenhar um papel fundamental, sobretudo no contexto actual caracterizado pela imposição de fortes restrições financeiras ao nível da despesa pública.

Assinale-se que, o Plano aqui apresentado, também prevê um conjunto de instrumentos fiscais, associado aos impostos municipais sobre o património, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), premiando os proprietários que façam obras de reabilitação do seu património (discriminação positiva) e penalizando os proprietários que descurem a manutenção do seu património edificado, a saber:

- Redução em 15% da taxa de IMI em prédios urbanos localizados e/ou arrendados na ARU, que não estejam em ruína, degradados ou devolutos;
- Majoração de 20% da taxa de IMI em vigor a aplicar a prédios urbanos degradados;
- Triplicar anualmente a taxa de IMI prevista para prédios em ruínas ou devolutos há mais de um ano.

Importa realçar que este conjunto de incentivos, acresce a outros já previstos genericamente no âmbito da política nacional de incentivo à reabilitação, representando por isso um esforço financeiro adicional por parte do município, no sentido de levar esta estratégia a bom porto.

É minha convicção, que uma estratégia de regeneração urbana bem conduzida tem um impacto direto muito significativo sobre a atividade económica, contribuindo



decisivamente para combater a crise e ajudar a promover um modelo de desenvolvimento sustentado para o futuro da cidade. No entanto, face ao estado de depauperamento dos recursos financeiros públicos, ao excesso de oferta de habitação verificado face à procura existente, à progressiva fragmentação e desqualificação das periferias das cidades, em prejuízo da qualidade de vida das populações, e em jeito de conclusão, propunha a reflexão sobre algumas medidas adicionais:

- A adoção de medidas firmes de gestão da oferta de terrenos para construção, que apenas permitam a libertação de áreas para expansão urbana quando sejam atingidos níveis razoáveis de reabilitação das zonas urbanas degradadas existentes.
- A criação de medidas que facilitem e simplifiquem os procedimentos de expropriação, emparcelamento e licenciamento nas áreas centrais degradadas;
- A concentração de alguns recursos financeiros públicos, dentro das limitações atuais, que permitam melhorar a dotação de infraestruturas, serviços e equipamentos nessas zonas”.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que este Plano é muito extenso e suscita algumas dificuldades para o estudar na íntegra. É um documento muito detalhado e muito minucioso para uma área tão relevante para Chaves como é o seu Centro Histórico e entendo que deveria ter sido enviado aos Senhores deputados com mais antecedência.

Estamos totalmente de acordo sobre a necessidade de haver uma intervenção de qualificação de requalificação do Centro Histórico de Chaves e é hoje tão necessário como era há 15 ou 20 anos atrás. Também é verdade que nos últimos 20 anos, mesmo com os instrumentos que existiam era possível fazer mais. No que respeita ao edificado público, no que é da responsabilidade da autarquia, temos de reconhecer que houve um investimento relevante, mas também temos de concluir que não basta fazer infraestruturas na zona histórica (saneamento, eletricidade, água, gás natural, redes de telecomunicações) e percebemos que a grande dificuldade do Centro Histórico é a componente privada; os proprietários devem assumir este problema como seu e participar na sua solução.

Analisando este Plano conclui-se que é feito um diagnóstico quer na questão económica, quer no estado de degradação do espaço privado e público, e no que diz respeito às funções/usos que este espaço deve ter, ou seja: o que deve predominar aqui; são os serviços, é o comércio, são as diversões noturnas, é a habitação. Esta é uma primeira opção que é importante tomar relativamente à compatibilização dos usos ou fruições que um espaço desta natureza deve ter.

Este Plano, cuja responsabilidade de operacionalização é da Câmara Municipal, tem duas fases distintas; uma mais ligada à zona mais alta do Centro Histórico e outra relativamente à Madalena, que se desenvolverão por dez anos. O risco principal deste Plano é essencialmente a adesão dos privados porque aposta tudo no pressuposto de que os proprietários dos imóveis que estão degradados vão, por intermédio de instrumentos fiscais, seja de incentivo à recuperação, e desincentivo ao abandono, vão colaborar. Em meu entender estas medidas são insuficientes porque o investimento para os dez anos ronda os vinte e um milhões de euros com uma



componente relevante aqui presente que é a de investimento privado e temo que não haja instrumentos e propostas neste Plano que possam conduzir e mobilizar os proprietários a fazer esse tal investimento. É que o proprietário só fará esse investimento se houver alguma condição de rentabilização do mesmo. É um problema de atração e seria importante recuperar para a zona histórica não só os edifícios mas também a sua dimensão social, de fruição e ambiência. Isso só se consegue se o Plano for bem sucedido no que respeita à disponibilidade das pessoas para habitarem esta zona ou instalarem ali os seus serviços e os seus comércios. A Câmara tem aqui a componente de expressão financeira que é muito importante e se encontra quase realizada, respeitante às obras Museu das Termas Romanas, do Parque de Estacionamento e às obras do Balneário das Termas de Chaves. Isso significa que a componente financeira pública está quase realizada.

No que respeita aos objetivos estratégicos, entendo que são demais, embora concorde com todos eles mas entendo que deveriam definir-se prioridades. Na parte operacional, espero que as iniciativas ou atividades a desenvolver ali plasmadas, com as quais concordo, sejam feitas; depois de feita a parte patrimonial se concretizem propostas que possam, efetivamente, fazer com que o Centro Histórico seja fruído. A aposta deve recair sobretudo nos jovens para que entendam que esta zona pode ser um espaço agradável para morar e os comerciantes o considerem um espaço de futuro.

Espero que este Plano seja bem sucedido, porque se assim for, será a cidade de Chaves que sairá bem sucedida.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – disse que a intervenção feita pela senhora deputada Zélia Valoura fez no ponto 10, está devidamente enquadrada.

Ao acordar a adenda ao protocolo com a EHATB estamos a aprovar as comemorações do centenário do nascimento do Marechal Costa Gomes.

Relativamente à proposta em análise, para o futuro e para sermos mais objetivos, precisamos que o discurso seja mais realista e diga claramente quais os objetivos que estão a mais. É bom ter apartamentos para arrendamento jovem, construir lojas para disponibilizar aos artífices, espaços para atividades culturais etc. Mas também é bom que se verifique se a Câmara Municipal tem condições financeiras que lhe permitam disponibilizar, anualmente, para estes investimentos três ou quatro milhões de euros. É evidente que para que isso possa acontecer o executivo tem de definir o que deixa de fazer, noutra tipo de investimentos. Todos sabemos que o orçamento da autarquia não é elástico e podemos dizer que dentro das carências do concelho nos falta uma piscina municipal em condições, não temos um centro coordenador de transportes, não temos um pavilhão multiusos, não temos saneamento em todos os locais do meio rural e outras coisas.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro devia dizer, dos vinte milhões de euros que a Autarquia, eventualmente, tenha para investimento, o que faria ou não. O elencar das necessidades não é suficiente porque essas já nós conhecemos. A Assembleia Municipal está aqui para fiscalizar e pode apresentar sugestões/alternativas. É fácil fazer discursos consecutivos criticando e dizendo o que falta, mas se não conseguimos objetivar a forma como o fazer e como estabelecer prioridades, não somos consistentes.



NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que numa lógica de cooperação e de bom trabalho este documento deveria ter-lhe chegado com mais tempo para o poder analisar mais pormenorizadamente.

A Assembleia Municipal é o Órgão deliberativo e tem como principal missão fiscalizar a atividade municipal e não substituir-se à Câmara Municipal na tomada de decisões e na definição de projetos. Pelos vistos muita obra foi feita mas há ainda muita por fazer.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que a antiga “praça” era um espaço do Centro Histórico muito importante. Essa praça foi totalmente desfeita.

Se Chaves tivesse hoje essa estrutura, tinha uma componente indispensável para centralizar turismo dirigido à Região.

“No programa eleitoral do MAI constava como bandeira principal a revitalização do Jardim das Freiras que faz parte do Centro Histórico.

No programa eleitoral da CDU para 2005 e o de 2009 chamava-se a atenção que a Plataforma Logística e o Mercado Abastecedor não eram o caminho desejável para Chaves. Agora é fácil dizer que o Mercado Abastecedor foi um fracasso mas também se podia dizer que a CDU alertou para isso há oito anos. E é bom recordar que verbas que foram canalizadas para esses investimentos, poderiam ter sido gastas de outra forma.

Quando se falou da reabilitação urbana é verdade que, historicamente, o governo, mas também as autarquias, podiam ter tido outros projetos quer em termos de reabilitação urbana, quer em termos de habitação social; mas também é verdade que neste momento será contraproducente fechar na reabilitação do Centro Histórico, a habitação social. Neste momento Portugal tem milhares de casas vazias. O que se pede às autarquias e ao governo é que percebam a situação desse mercado e que a habitação social possa passar por aí. Eu não tenho nenhuma solução mágica, mas a solução para a habitação social pode não passar só, ou até não passar, principalmente, pela reabilitação dos centros históricos, mas sim pelo aproveitamento das centenas de apartamentos e de vivendas que continuam vazios na nossa cidade e que, infelizmente, vão estar cada vez mais vazios porque a perda de população não vai ser recuperada”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – disse que não é sua intenção pedir à Assembleia que faça a gestão do Concelho, pois conhece bem as competências de ambos Órgãos – Assembleia e Câmara Municipal - e que apenas apontou que fossem apresentadas sugestões.

Na minha intervenção anterior quis dizer que a Assembleia Municipal aprova Moções, faz sugestões, e sem ser apenas fiscalizadora pode ser objetiva quando apresenta sugestões; um discurso quando não é objetivo pode ser interpretado por cabeças diferentes, de forma diferente.

Relativamente à Praça General Silveira, também designada por Jardim das Freiras, é intenção da Câmara Municipal proceder à sua transformação no decurso deste mandato. O projeto está a ser elaborado pela autarquia e, tal como aconteceu com o executivo do Dr. Alexandre Chaves, será posto à discussão pública, através de um concurso público de ideias.



Na altura essas ideias estiveram expostas na antiga GNR que funcionava no local onde hoje está a Biblioteca Municipal, para discussão e participação pública, que na verdade foi muito fraca; o júri entendeu selecionar aquele projeto e só depois é que foram abertas as propostas de preço. É uma solução que, fundamentalmente pelo piso escolhido, não agrada a ninguém e o tanque também foi uma má escolha.

Há pessoas que sonham em repor o jardim tal como era antes da intervenção, o que me parece estar completamente fora de questão. A autarquia pretende revitalizar o espaço dotando a cidade com uma praça voltada para atividades culturais, manifestações e outras, com o Centro Histórico a ganhar com essa valorização.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

Antes de encerrar os trabalhos o **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** disse que a Câmara Municipal de Chaves decidiu comemorar os cem anos do nascimento do Marechal Costa Gomes.

Trata-se de um flaviense que foi Presidente da República Portuguesa e a autarquia em boa hora decidiu homenagear este personagem. O Presidente da Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal foi nomeado Presidente da Comissão de Honra.

Igualmente, por proposta da Autarquia irei também a presidir ao Comissariado Executivo da Organização. Trata-se de uma Organização da Câmara Municipal de Chaves e eu, como Presidente da Assembleia Municipal prestarei a minha colaboração na Organização. Nesse sentido convido os presentes a participar nesse evento, no próximo dia 30 – 2ª feira, pelas 17,30 horas, com um espetáculo militar na Praça de Camões e com uma exposição de objetos que pertencem ao Museu da Presidência da República. É uma exposição que vai merecer a vossa atenção e mais uma vez estou a convidar-vos a estar presentes.

O Senhor Presidente da Mesa, depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, _____ que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

A Funcionária _____